



# **Demonstrações financeiras consolidadas e individuais**

Em 31 de dezembro de 2019

## ÍNDICE

(Página)

Balanços patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10

## NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações gerais.....	10
2. Principais políticas contábeis.....	16
3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas .....	25
4. Das autorizações vigentes.....	27
5. Comercialização de energia.....	29
6. Segmentos operacionais .....	29
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras .....	31
8. Contas a receber de clientes.....	32
9. Tributos a recuperar .....	32
10. Cauções e depósitos vinculados .....	32
11. Investimentos.....	33
12. Ativo imobilizado.....	41
13. Direito de uso – Arrendamentos.....	51
14. Fornecedores.....	52
15. Empréstimos e financiamentos.....	54
16. Tributos a recolher.....	60
17. Contas a pagar - CCEE/Eletróbrás (consolidado) .....	61
18. Outras contas a pagar.....	62
19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado).....	63
20. Provisão para contrato oneroso.....	65
21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas.....	65
22. Receita líquida .....	67
23. Custos e despesas (receitas).....	68
24. Resultado financeiro .....	69
25. Imposto de renda e contribuição social .....	70
26. Transações com partes relacionadas.....	71
27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	81
28. Prejuízo por ação .....	88
29. Ativos classificados como mantidos para venda .....	89
30. Cobertura de Seguros.....	90
31. Transações não envolvendo caixa .....	91
32. Eventos subsequentes .....	91

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.782	14.929	81	69
Aplicações financeiras	7	1.277	13.778	-	-
Contas a receber de clientes	8	3.641	8.210	26	18
Tributos a recuperar	9	9.846	4.482	158	458
Partes relacionadas	26	-	-	14.352	1.217
Dividendos a receber	11.4	-	9.180	10.177	10.177
Adiantamentos a fornecedores		495	2.491	319	766
Outros créditos	12.8	1.147	869	10.313	366
		21.188	53.939	35.426	13.071
Ativos classificados como mantidos para venda	29	-	1.683.768	-	281.712
Total dos ativos circulantes		21.188	1.737.707	35.426	294.783
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	7	6.360	7.864	6.360	7.864
Cauções e depósitos vinculados	10	11.502	10.866	-	-
Tributos diferidos		934	1.773	-	-
Depósitos judiciais	19	11.132	20.818	8.925	20.818
Partes relacionadas	26	-	-	66.654	3
Outros créditos		5.665	6.214	60	60
Investimentos	11	592.407	603.747	1.111.498	1.141.674
Imobilizado	12	1.680.735	239.396	82.456	58.500
Total dos ativos não circulantes		2.308.735	890.678	1.275.953	1.228.919
TOTAL DOS ATIVOS		2.329.923	2.628.385	1.311.379	1.523.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTES					
Fornecedores	14	345.579	48.531	46.165	44.673
Empréstimos e financiamentos	15	1.506.999	348.669	368.662	341.568
Tributos a recolher	16	21.868	5.373	7.722	3.658
Salários, encargos e férias a pagar		8.125	8.625	8.124	8.625
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	17	48.815	13.114	-	-
Arrendamentos a pagar	13	4.297	-	3.877	-
Outras contas a pagar	18	109.927	151.136	25.374	-
Partes relacionadas	26	848.138	283.472	848.138	-
Provisão para contrato oneroso	20	33.069	37.022	-	-
Provisão para custos socioambientais		1.014	1.014	-	-
		2.927.831	896.956	1.308.062	398.524
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29	-	1.298.415	-	43.000
Total dos passivos circulantes		2.927.831	2.195.371	1.308.062	441.524
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	15	55.299	63.587	-	-
Tributos a recolher	16	16.652	-	3.697	-
Contas a pagar - CCEE/Eletrabras	17	15.539	20.664	-	-
Arrendamentos a pagar	13	36.266	-	15.752	-
Partes relacionadas	26	172.684	337.548	439.103	527.981
Provisão para perda sobre investimentos	11	-	-	459.930	549.427
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	195.175	81.259	175.383	81.259
Provisão para contrato oneroso	20	-	6.445	-	-
Outras contas a pagar	18	1.024	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		492.639	509.503	1.093.865	1.158.667
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
Capital social	21	2.960.776	2.960.776	2.960.776	2.960.776
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital	1	55.379	55.379	1	55.379
Prejuízos acumulados		(4.009.567)	(3.050.887)	(4.009.567)	(3.050.887)
Total do patrimônio líquido negativo		(1.090.547)	(76.489)	(1.090.547)	(76.489)
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		2.329.923	2.628.385	1.311.380	1.523.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	22	98.190	709.795	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		(48.581)	(815.093)	-	-
Custo de operação		(7.622)	(8.887)	-	-
Depreciações e amortizações	12	(9.369)	(9.508)	(3.281)	(3.969)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(785)	(747)	-	-
Total	23	(66.357)	(834.235)	(3.281)	(3.969)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		31.833	(124.440)	(3.281)	(3.969)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(144.832)	(129.024)	(43.597)	(86.658)
Depreciações e amortizações	12	(6.798)	(1.874)	(6.089)	(1.874)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	(259.403)	(150.226)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		(249.245)	(177.231)	(87.292)	(4.591)
Total	23	(660.278)	(458.355)	(136.978)	(93.123)
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	65.849	48.686	(766.326)	(675.933)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(562.596)	(534.109)	(906.585)	(773.025)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		2.992	3.175	3.188	1.045
Despesas financeiras		(447.327)	(319.578)	(110.661)	(84.317)
Total	24	(444.335)	(316.403)	(107.473)	(83.272)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.006.931)	(850.512)	(1.014.058)	(856.297)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(6.743)	(5.936)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(384)	151	-	-
Total	25	(7.127)	(5.785)	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.014.058)	(856.297)	(1.014.058)	(856.297)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	28			(24,31)	(20,52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(1.014.058)	(856.297)	(1.014.058)	(856.297)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>(1.014.058)</u></b>	<b><u>(856.297)</u></b>	<b><u>(1.014.058)</u></b>	<b><u>(856.297)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Capital Social		Reservas de capital		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo controladora e consolidado
	Integralizado	Custos na emissão de ações	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Ágio		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.960.776	(41.757)	55.378	1	(2.194.590)	779.808
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(856.297)	(856.297)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>55.378</u>	<u>1</u>	<u>(3.050.887)</u>	<u>(76.489)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.014.058)	(1.014.058)
Compensação de prejuízo	-	-	(55.378)	-	55.378	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>2.960.776</u>	<u>(41.757)</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(4.009.567)</u>	<u>(1.090.547)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo do exercício		(1.014.058)	(856.297)	(1.014.058)	(856.297)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12	16.167	11.382	9.370	5.843
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	259.403	150.630	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	12.2, 12.4	7.698	3.125	958	3.528
Comissões e outras penalidades	15.4	53.371	4.662	1.221	4.662
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	15.4	196.591	162.241	30.642	43.976
Apropriação dos custos sobre empréstimos e financiamentos	15.4	26	26	-	-
Atualização e provisão (reversão) CCEE/Eletronbras	17.1	3.275	10.177	-	-
Multa sobre ressarcimento	17.1	33.601	17.965	-	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	118.976	64.473	108.941	54.716
Reversão provisão para contrato oneroso	20	(10.398)	43.467	-	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	24	(1.478)	(2.588)	(286)	(493)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	24, 26	93.410	62.243	58.893	26.470
Juros sobre contas a pagar		53.085	(571)	4.815	856
Atualização depósitos judiciais		(2.071)	-	(2.013)	-
Tributos diferidos		839	(331)	-	-
Ganho na alienação de ativos	12.8	(10.000)	-	(10.000)	-
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	(65.849)	(48.686)	766.326	675.933
Perdão da dívida		-	(1.497)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		4.569	36.401	(8)	466
Depósitos judiciais		(2.054)	(175)	(646)	566
Tributos a recuperar		(1.979)	6.533	300	1.674
Adiantamentos a fornecedores		2.109	(277)	447	362
Outros créditos		12.557	4.793	53	2.661
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		18.548	7.532	2.231	4.512
Tributos a recolher		18.138	6.465	1.299	(6.004)
Salários e férias a pagar		(4.052)	(5.508)	(4.053)	(5.508)
Contas a pagar CCEE/Eletronbras	17.1	(28.957)	(18.451)	-	-
Outras contas a pagar		73.591	66.623	-	(3)
Partes relacionadas		123.497	166.146	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(2.172)	(2.378)	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	15.4	(13.629)	(8.701)	(4.769)	(2.421)
Pagamentos de contingências	19 e 31	(265)	(436)	(265)	(436)
Dividendos recebidos	11.4	86.369	154.340	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>18.858</u>	<u>33.328</u>	<u>(50.602)</u>	<u>(44.937)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aportes de capital em controladas	11.3.2 e 31	-	-	(53.534)	-
Aplicações financeiras		14.847	(11.973)	1.790	418
Cauções e depósitos vinculados		-	1.203	-	-
Aquisição de imobilizado	12 e 31	(25.789)	(12.644)	(2.423)	(10.562)
Partes relacionadas		-	-	(80.122)	(171.458)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(10.942)</u>	<u>(23.414)</u>	<u>(134.289)</u>	<u>(181.602)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	15	24.400	-	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	15 e 31	(59.901)	(74.234)	-	(5.135)
Pagamento de passivos de arrendamento		(5.803)	-	(2.254)	-
Partes relacionadas		21.860	55.880	187.157	231.401
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(19.444)</u>	<u>(18.354)</u>	<u>184.903</u>	<u>226.266</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(11.528)</u>	<u>(8.440)</u>	<u>12</u>	<u>(273)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	16.310	24.750	69	342
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício*	7	4.782	16.310	81	69
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(11.528)</u>	<u>(8.440)</u>	<u>12</u>	<u>(273)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(\*) O Caixa e equivalente de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa das SPEs do ASIII.



## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>RECEITAS</b>					
Vendas de energia	22	105.457	780.158	-	-
Outras receitas		3.570	6.203	3.570	6.203
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(57.269)	(825.087)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(405.378)	(280.388)	(122.013)	(78.806)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	12.9	(259.403)	(150.226)	-	-
Ganho na alienação de ativos	12.8	3.482	-	3.482	-
Valor adicionado bruto		(609.541)	(469.340)	(114.961)	(72.603)
Depreciação	12, 23	(16.167)	(11.382)	(9.370)	(5.843)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>		<b>(625.708)</b>	<b>(480.722)</b>	<b>(124.331)</b>	<b>(78.446)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	11.3	65.849	48.686	(766.326)	(675.933)
Receitas financeiras		4.788	4.520	3.244	1.061
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>(555.071)</b>	<b>(427.516)</b>	<b>(887.413)</b>	<b>(753.318)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Pessoal:</b>					
Salários e encargos		13.946	17.123	3.050	6.774
Honorários da administração	26.5	7.720	7.566	7.720	7.566
Benefícios		4.124	4.546	1.801	2.377
FGTS		1.653	1.714	923	973
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>					
Federais		20.722	82.410	2.314	2.677
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>					
Juros		366.844	302.808	94.440	76.740
Aluguéis		512	1.658	181	882
Outros		43.466	10.956	16.216	4.990
Prejuízo do exercício		(1.014.058)	(856.297)	(1.014.058)	(856.297)
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>		<b>(555.071)</b>	<b>(427.516)</b>	<b>(887.413)</b>	<b>(753.318)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de Reais

### 1. Informações gerais

A Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

		% Participação			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
PCH	Consolidação				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a) Integral	100,00	-	100,00	-
Energética Serra da Prata S.A.	(b) Integral na Enerbras	-	99,99	-	99,99
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(c) Integral	99,99	-	99,99	-
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(d) Integral	99,99	-	99,99	-

  

		% Participação			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Eólico	Consolidação				
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(e) Integral na Alto Sertão	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(f) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

Eólico	Consolidação	% Participação			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(g) Integral na Diamantina	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial <sup>1</sup>	(i) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(e) Integral	99,99	-	99,99	-
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	(h) Integral na Bela Vista XIV	-	99,99	-	99,99
Centrais Eólicas Itapua XV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Parque Eólico Iansã LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III.

UFV (Usina Fotovoltaica)	Consolidação	% Participação			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	(h) Integral	99,99	-	99,99	-

- CONTINUA -

- CONTINUAÇÃO -

		% Participação			
		31/12/2019		31/12/2018	
Comercialização	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(j) Integral	100,00	-	100,00	-
		% Participação			
		31/12/2019		31/12/2018	
Holding	Consolidação	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	100,00	-	100,00	-
Espra Holding S.A.	(k) Integral	99,99	-	99,99	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	(k) Integral	99,99	-	99,99	-
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(k) Integral	99,99	-	99,99	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	(k) Integral	99,99	-	-	-
SF 123 Participações Societárias S.A.	(k) Integral	99,99	-	-	-
		% Participação			
		31/12/2019		31/12/2018	
PCH	Controle compartilhado não consolidado	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brasil PCH S.A.	(l) Indireto pela Chipley	-	51,00	-	51,00

- (a) Enerbras Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”), controlada direta, é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
- (b) Espra, controlada indireta, é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e entrou em operação em 2008.
- (c) Renova PCH Ltda. – Em recuperação judicial (“Renova PCH”), controlada direta, tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
- (d) Chipley SP Participações S.A. – Em recuperação judicial (“Chipley”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar de consórcios, e a exploração, direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, bem como de outros serviços correlatos.
- (e) Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
- (f) Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”). Os parques eólicos estão com as obras paralisadas, vide Nota 1.1.
- (g) Controladas diretas e indiretas têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre. Os parques eólicos estão com as obras paralisadas.
- (h) Controladas diretas têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.

- (i) Controlada direta têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”). Os parques eólicos estão com as obras paralisadas, vide Nota 1.1.
- (j) Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”), controlada direta, subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (k) Controladas diretas têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- (l) Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs.

## 1.1 Complexo Eólico Alto Sertão III (“AS III”)

Em 9 de abril de 2019, a Companhia assinou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) contrato de compra e venda de ações para alienação das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades que compõem o AS III, sendo que durante o período de cumprimento das condições suspensivas usuais neste tipo de transação, ocorreram eventos que produziram efeitos adversos relevantes no valor original do contrato e no prazo para conclusão da operação e, conforme Fato Relevante publicado em 10 de outubro de 2019, as negociações com a AES foram encerradas sem que as partes envolvidas chegassem a um acordo. Consequentemente, os saldos de ativos e passivos relacionados ao AS III anteriormente classificados como mantidos para venda foram reclassificados para suas rubricas originais.

Conforme divulgado na Nota 32.2 em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela aceitação da oferta vinculante realizada pela ARC, G5 e XP Vista Asset Management de financiamento para a conclusão das obras da Fase A do AS III, concedendo um prazo de 30 (trinta) dias de exclusividade contados daquela data que servirá para a negociação dos documentos da operação a ser realizada entre as partes.

### 1.1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015 (LER 2013) e 1º de outubro de 2017 (LER 2014), contudo os mesmos estão atrasados. Conforme contratos, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 17).

Adicionalmente a Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas Resoluções Autorizativas dos parques eólicos AS III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar à ANEEL a conexão e benefícios entre tais obrigações e o Plano de Recuperação Judicial apresentado em dezembro de 2019.

## 1.2 Venda de ativos

### 1.2.1 Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES da totalidade das ações da Nova Energia detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo Eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de *earn out*, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

A AES constituiu garantias no valor total de R\$57.732 (R\$88.783, em 31 de dezembro de 2018), atualizados a 100% do CDI, que poderão ser pagas à Companhia, conforme segue:

<u>Garantia</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Litígios	131	32.428
Earn-Out	56.644	53.983
Indenização geral	957	2.372
Total	<u>57.732</u>	<u>88.783</u>

Em março de 2019 o Consorcio MGT ingressou com medida judicial para cobrança da sentença arbitral, no valor de R\$34.103, paga com as garantias mencionadas no quadro acima. Adicionalmente, na arbitragem com esse fornecedor ainda existem valores pendentes de decisão para os quais a Companhia mantém provisão no montante de R\$39.752, dos quais R\$15.048 foram reconhecidos no resultado da Companhia em 2018 e R\$24.704 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Além da contingência mencionada no parágrafo anterior, a Companhia também mantinha provisionado o valor de R\$8.740 referente a causa cível de indenização por danos a uma propriedade de terceiros, relacionada ao Complexo Eólico Alto Sertão II, que foi revertido no resultado do exercício considerando a mudança de expectativa de perda da ação.

## 1.3 Recuperação judicial

A Renova é uma companhia de geração de energia por fontes renováveis com foco na geração de energia elétrica por meio de parques eólicos e PCHs que atua de forma integrada na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração de energia renovável.

Desde 2015, a Administração da Companhia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro que incluíram: a) recebimento de recursos dos seus acionistas na forma de aporte de capital e de antecipação dos contratos de compra e venda de energia, b) reestruturação e redução dos gastos administrativos, c) venda de parques eólicos e projetos em desenvolvimento, e d) otimização do portfólio de contratos com cancelamento, cessão, suspensão e postergação dos PPAs.

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração, aprovou um plano de estruturação financeira que dentre outras ações, contemplava o equacionamento e alongamento de dívidas e a venda do Complexo Eólico AS III.

Na tentativa de redimensionar suas operações e obter recursos que permitissem a readequação de sua estrutura de capital e a realização de novos investimentos de maneira sustentável, a Companhia estava trabalhando na venda do Complexo Eólico AS III. Mas conforme fato relevante divulgado em 10 de outubro de 2019, as negociações de venda do AS III foram encerradas, pois as partes não chegaram a um acordo em relação às condições comerciais da operação. Tal fato, aliado à incapacidade da Companhia de suportar os custos e as condições da prorrogação do



vencimento do contrato de financiamento do empréstimo de curto prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) para o AS III – Fase A, em adição à disputas judiciais incluindo execuções que poderiam colocar em risco suas operações os acionistas concluíram que o ajuizamento da recuperação judicial era a medida mais adequada para (i) continuar avançando de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-definidos, com a coordenação de todos os envolvidos no plano de estruturação; (ii) possibilitar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia e suas controladas; bem como (iii) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia e suas controladas.

Assim, em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial (“RJ”), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data e dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005;
- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em aderência a esse momento da Companhia, em 23 de outubro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a contratação de empresa especializada em assessoria e suporte à gestão interina de empresas em processos de recuperação judicial. Como parte da Gestão interina, ocorreu nessa mesma data a substituição do diretor-presidente e do diretor de finanças e desenvolvimento de negócios.

Em 04 de novembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pela Companhia, a qual foi reapresentada em 10 de março de 2020. Em 13 de dezembro de 2019, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Em 17 de dezembro de 2019 a Companhia protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica- financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

Em linha com seu Plano e para suporta as despesas de manutenção das suas atividades, a Renova celebrou com a CEMIG empréstimo do tipo *debtor-in-possession* (“DIP”), no montante total de R\$36.500, sendo R\$10.000, R\$6.500 e R\$20.000, em 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 28 de janeiro de 2020, respectivamente (notas 26 e 32.1). Ainda, em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aceitação da oferta vinculante de financiamento para a conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, bem como para as despesas operacionais correntes da Companhia, cujos documentos necessários ao fechamento da operação estão sendo negociados entre as partes (nota 32.2).

O plano de recuperação judicial encontra-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer entre os meses de abril e maio de 2020. Todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>).

## 1.4 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta prejuízo de R\$1.014.058, possui prejuízos acumulados de R\$4.009.567, bem como passivos circulantes consolidados em excesso aos ativos circulantes consolidados no montante de R\$2.906.643, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$1.090.547 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos operacionais e de construção dos parques eólicos e solares.

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 deve-se, principalmente a: i) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$444.335 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas; ii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico AS III, no montante de R\$259.403; iii) constituição de provisão referente a auto de infração recebido em outubro de 2019, no valor de R\$89.317; iv) às perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada direta Renova Comercializadora, no valor de R\$86.965 para cumprir os compromissos firmados nos contratos de compra e venda de energia e, v) constituição de provisão referente a penalidade a ser aplicada pela ANEEL pelo cancelamento das outorgas da Fase B, no valor de R\$61.080.

Diante deste cenário, a Administração da Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (Nota 1.3), com o objetivo de permitir a busca de soluções para a continuidade das operações da Companhia, utilizando-se, em última análise da proteção do processo de recuperação judicial, que por meio do plano de recuperação judicial, apresentado 17 de dezembro de 2019 para avaliação dos credores e que deverá ser aprovado em Assembleia Geral de Credores em até 180 dias da data do deferimento do pedido de recuperação inicial, possa permitir um equacionamento de seu passivo garantindo sua continuidade operacional.

Na avaliação da Administração da Companhia o plano possibilitará a realização de acordos com a maioria dos credores do Grupo Renova.

A Administração acredita ainda que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano apresentado, que será negociado para eventuais alterações até a Assembleia Geral de Credores e aprovado, também fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## 2. Principais políticas contábeis

### 2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.



Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

## **2.2 Aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2020.

## **2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

### **2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

### **2.3.2 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento em controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

### **2.3.3 Ativos não circulantes mantidos para venda**

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas não possuem ativos classificados como mantidos para venda.

#### **2.3.4 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

#### **2.3.5 Resultado por ação**

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

#### **2.3.6 Acordos de pagamentos baseados em ação**

O plano de remuneração baseado em ações para empregados foi mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo dos programas desse plano estão descritos na nota 26.6. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga foi registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

No caso dos pagamentos baseados em ações que são liquidados em caixa, um passivo é inicialmente registrado proporcionalmente ao valor justo dos produtos e serviços recebidos. No fim de cada período de relatório, o passivo é atualizado com base em seu valor justo e as mudanças são registradas no resultado do exercício. Conforme mencionado na Nota 26.6, em 31 de dezembro de 2019 não há mais participantes ativos nos programas do plano de pagamento baseado em ações da Companhia e, conseqüentemente, os mesmos foram descontinuados.

### 2.3.7 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

A controlada indireta Espira e 6 SPEs do LER 2013 optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias listadas na nota 1 são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

#### b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

### 2.3.8 Ativo imobilizado

#### a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais

empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

#### b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

#### c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

### 2.3.9 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 2.3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### 2.3.11 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

##### a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 7);
- Aplicações financeiras (nota 7);
- Cauções e depósitos vinculados (nota 10); e
- Transações com partes relacionadas (nota 26).

##### a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro

derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 8).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 14);
- Empréstimos e financiamentos (nota 15);
- Contas a pagar – CCEE e Eletrobras (nota 17); e
- Transações com partes relacionadas (nota 26).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

## 2.4 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas e individuais, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme este CPC aplicável às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira adicional.

## 2.5 Adoção das IFRSs novas e revisadas

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo Internacional *Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2019:

IFRS 16 (CPC 06-R2) – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 e o ICPC 03)

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) / IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) / IFRS 16



também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 16/CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019 e, portanto, não reapresentaram as informações e saldos em base comparativa. Foram utilizados também os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras.

As despesas relacionadas aos contratos de arrendamento operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento.

Nas tabelas a seguir, é apresentado o impacto da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) nos balanços patrimoniais individual e consolidado de 31 de dezembro de 2019 e nas demonstrações de resultados individual e consolidado do exercício findo naquela data:

<u>Impactos no balanço patrimonial</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	105.730	32.989
Impactos da taxa de desconto	(60.645)	(9.764)
Exclusão de arrendamento de baixo valor e curto prazo	(512)	(181)
Ativo de direito de uso	<u>44.573</u>	<u>23.044</u>
 Passivo de arrendamento	 <u>44.573</u>	 <u>23.044</u>
 Prazo médio contratual (anos)	 8	 5
 <u>Impactos na demonstração do resultado</u>	 <u>Consolidado</u>	 <u>Controladora</u>
Despesa com depreciação e amortização	(6.173)	(4.893)
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(512)	(181)
Resultado	(6.685)	(5.074)
Despesas financeiras	(5.356)	(2.841)
Total - impacto na despesa líquida	<u>(12.041)</u>	<u>(7.915)</u>

Os contratos de arrendamento são remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Com relação a demonstração do fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de R\$5.803 (consolidado) e R\$2.254 (controladora), pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

#### ICPC 22/ IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Após a adoção da Interpretação, o Grupo considerou se possui posições fiscais incertas. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

b) Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019:

#### IAS 28/CPC 18

Aplicação da IFRS 9/CPC 48 à mensuração de outros instrumentos financeiros em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, para os quais o método da equivalência patrimonial não é aplicável, bem como prescreve as regras de transição relacionadas à adoção inicial.

#### IAS 12/CPC 32

Estabelece as regras para reconhecimento de eventuais efeitos tributários sobre os dividendos distribuíveis. Essa alteração não impacta as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo em vista que nos últimos anos a Companhia não efetua nem tem projeções que sustentem a eventual distribuição de dividendos em um futuro próximo.

#### IAS 19/CPC 33

Altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual. Essa alteração não impacta as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo em vista que a mesma não patrocina plano de benefícios aos seus empregados.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

c) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### CPC 15 (R1)

As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, e, assim, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

#### CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre



relatório específico da entidade.

Além das alterações previstas acima, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia.

### 3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

#### a) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (“UGC”) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda, conforme premissas descritas na nota 12.9.

#### b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 19.

#### c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 27.

d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

Conforme mencionado na nota 2.3.8.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 12.

e) Contrato oneroso

Se a Companhia ou suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a este contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato).

## 4. Das autorizações vigentes

### 4.1 Mercado regulado (ACR)

		Resolução	Data da	Prazo da	Capacidade de
<u>PCH</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>ANEEL</u>	<u>resolução</u>	<u>autorização</u>	<u>produção instalada*</u>
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
<u>Eólico</u>					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>(1)</sup>	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 <sup>(1)</sup>	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 <sup>(1)</sup>	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 08/2014 <sup>(1)</sup>	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.

## 4.2 Mercado livre (ACL)

<u>Eólico</u>	<u>Ref. Contrato</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Prazo da autorização</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amesela S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I) <sup>(1)</sup>	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) <sup>(2)</sup>	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) <sup>(2)</sup>	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas desses parques, conforme divulgado na Nota 1.1.

Nota (2): Contratos cedidos para Engie Brasil Energia S.A. ("Engie") a partir de julho de 2019. As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na nota 18.

## 5. Comercialização de energia

### 5.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Valores			Prazo				
				Energia anual contratada (M Wh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste	
Pequenas centrais hidrelétricas:											
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009	65.174	121,35	286,63	mai/08	abr/28	IGP-M	junho	
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.297	57.903	121,35	286,63	set/08	ago/28	IGP-M	junho	
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.370	41.084	121,35	286,63	jul/08	jun/28	IGP-M	junho	
Geração de energia eólica											
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	202.880	96.360	105,20	147,66	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	137.544	60.444	113,70	159,60	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	76.101	34.164	111,30	156,23	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	176.183	84.972	103,60	145,42	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	82.350	39.420	104,38	146,51	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	173.200	83.220	103,99	145,97	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	187.680	88.476	105,99	148,77	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	135.964	64.824	104,80	147,10	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013 <sup>1</sup>	CCEE	198.004	93.732	105,55	148,16	set/15	ago/35	IPCA	setembro	
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 <sup>1</sup>	CCEE	158.288	56.940	138,90	181,17	out/17	set/37	IPCA	outubro	
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 <sup>1</sup>	CCEE	224.038	80.592	138,90	181,17	out/17	set/37	IPCA	outubro	
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Pau Santo) - Em recuperação judicial	LER 10/2014 <sup>1</sup>	CCEE	126.630	45.552	138,90	181,17	out/17	set/37	IPCA	outubro	

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nos Contratos de Energia de Reserva do LER2013 e LER2014, conforme divulgado na Nota 1.1.

### 5.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre, que totalizam 111,2 MW médios<sup>(\*)</sup> de energia contratada, conforme quadro abaixo:

Parques	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)	Vigência do contrato
Light I	Eólica	100,2	até ago/2035
Mercado livre I <sup>1</sup>	Eólica	11,0	até dez/2019
		<u>111,2</u>	

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Nota 1: contrato cedido para Light e CEMIG que venceu em dezembro de 2019 e não foi renovado.

## 6. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) PCH – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.
- b) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III, cujos parques encontram-se com suas obras paralisadas.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 para o resultado e para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

	31/12/2019				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	42.812	-	55.378	-	98.190
Custos não gerenciáveis	(785)	-	-	-	(785)
Margem Bruta	42.027	-	55.378	-	97.405
Custos gerenciáveis	(13.038)	(164.005)	(142.343)	(130.894)	(450.280)
Depreciações e amortizações	(6.088)	(709)	-	(9.370)	(16.167)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(259.403)	-	-	(259.403)
Resultado de equivalência patrimonial	65.849	-	-	-	65.849
Receita financeira	209	195	(552)	3.140	2.992
Despesa financeira	(7.823)	(289.820)	(74.973)	(74.711)	(447.327)
Imposto de renda e contribuição social	(7.370)	243	-	-	(7.127)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	73.766	(713.499)	(162.490)	(211.835)	(1.014.058)
Ativos totais	763.855	1.531.485	14.722	19.861	2.329.923
Passivos totais	106.000	1.645.209	38.685	1.630.576	3.420.470

Em 30 de setembro de 2019 a Companhia assumiu a dívida da controlada Renova Comercializadora com as partes relacionadas CEMIG e CGI, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$772.156. Vide Nota 26.

	31/12/2018				
	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	33.496	-	676.299	-	709.795
Custos não gerenciáveis	(747)	-	-	-	(747)
Margem Bruta	32.749	-	676.299	-	709.048
Custos gerenciáveis	(11.906)	(78.919)	(948.161)	(91.249)	(1.130.235)
Depreciação	(5.537)	(3.971)	-	(1.874)	(11.382)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	-	(150.226)	-	-	(150.226)
Resultado de equivalência patrimonial	48.686	-	-	-	48.686
Receita financeira	739	13	1.378	1.045	3.175
Despesa financeira	(5.962)	(191.627)	(64.142)	(57.847)	(319.578)
Imposto de renda e contribuição social	(5.785)	-	-	-	(5.785)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	52.984	(424.730)	(334.626)	(149.925)	(856.297)
Ativos totais	793.728	1.750.241	32.197	52.219	2.628.385
Passivos totais	108.371	1.185.292	888.426	522.785	2.704.874

## 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa		27	31	15	5
Bancos conta movimento		1.079	1.471	61	57
Aplicações financeiras de liquidez imediata		3.676	14.808	5	7
Aplicações financeiras		7.637	21.642	6.360	7.864
		12.419	37.952	6.441	7.933
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	29.2	-	(1.381)	-	-
Total		12.419	36.571	6.441	7.933
Apresentados como:					
<u>Circulante</u>					
Caixa e equivalentes de caixa		4.782	14.929	81	69
Aplicações financeiras		1.277	13.778	-	-
<u>Não circulante</u>					
Aplicações financeiras		6.360	7.864	6.360	7.864
Total		12.419	36.571	6.441	7.933

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 98% até 100% do CDI.

A aplicação financeira apresentada no não circulante não tem característica de caixa e equivalentes de caixa e por isso foi classificada na linha de aplicação financeira de curto prazo. Essa aplicação é garantidora da fiança



constituída em favor do projeto Mercado Livre I e está remunerada a uma taxa de 98,50% do CDI.

## 8. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Comercialização Mercado livre	8	2.750	-	-
Eletrobras – ESPRA	3.607	5.442	-	-
Outros	26	18	26	18
Total	3.641	8.210	26	18

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização e inclui valores a receber de partes relacionadas no montante de R\$5 (R\$155, em 2018) (Nota 26.2).

## 9. Tributos a recuperar

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRRF a compensar		4.737	4.006	107	130
Saldo negativo de IRPJ a compensar		952	1.593	-	263
COFINS a recuperar		3.259	1.683	-	-
PIS a recuperar		707	365	-	-
Outros impostos a compensar		191	220	51	65
		9.846	7.867	158	458
Transferência para ativos mantidos para venda	29.2	-	(3.385)	-	-
Total		9.846	4.482	158	458

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de IRRF a compensar, decorrem principalmente dos valores retidos sobre as operações de mútuo entre as companhias do Grupo Renova, e os saldos de PIS e COFINS a compensar referem-se aos créditos apurados sobre as despesas com TUST.

## 10. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Caução	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
				31/12/2019	31/12/2018
Espra	Garantia	BNB	Financiamento BNB	11.502	10.866

Refere-se a aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.



## 11. Investimentos

### 11.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PCH				
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	146.283	127.366
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(6)	-
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	-	916.386	837.494
Brasil PCH S.A.	592.407	603.747	-	-
Eólico				
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(198.861)	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	3.539	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(1.635)	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(1.517)	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(2.665)	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(3.249)	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(1.455)	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(9.500)	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(1.275)	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(3.546)	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(11.173)	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	4.801	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(3.016)	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(5.415)	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(6.585)	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(940)	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(5.308)	-
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(3.343)	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(3.148)	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(498)	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(547)	-
Centrais Eólicas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(3.592)	-
Centrais Eólicas Itapua VII LTDA. - Em recuperação judicial <sup>(1)</sup>	-	-	(15.281)	-
Centrais Eólicas Itapua XX LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(33)	(24)
Centrais Eólicas Itapua IV LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(135)	(131)
Centrais Eólicas Itapua V LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	(94)	(84)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1.320)	131.200
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	-	-	27.850	45.614
SF 120 Participações Societárias S.A. <sup>(2)</sup>	-	-	12.640	-
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(1)	(1)
Outras participações <sup>(3)</sup>	-	-	(46)	(27)
Comercialização				
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	-	-	(175.746)	(549.160)
<b>Total</b>	<b>592.407</b>	<b>603.747</b>	<b>651.569</b>	<b>592.247</b>
Apresentados como:				
Ativo				
Investimento	592.407	603.747	1.111.499	1.141.674
Passivo				
Provisão para perda sobre investimento	-	-	(459.930)	(549.427)
<b>Total</b>	<b>592.407</b>	<b>603.747</b>	<b>651.569</b>	<b>592.247</b>

Nota 1: Investimentos que estavam classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2018, e foram reclassificados no exercício de 2019 em virtude do encerramento das negociações de venda. (Nota 1.2.1)

Nota 2: Empresa constituída no exercício de 2019, detentora do projeto em desenvolvimento Mina de Ouro, conforme nota 11.3.3.

Nota 3: Demais empresas listadas na Nota 1.

## 11.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/12/2019					31/12/2018					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH											
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.101	100,00	101.955	146.283	18.917	5.170.101	100,00	101.955	127.366	(2.585)	10.883
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	359.784	99,99	360	(6)	(6)	359.784	99,99	360	-	-	(10)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	744.871.373	99,99	744.871	916.386	78.892	744.871.373	99,99	744.871	837.494	(2.553)	53.753
Eólico											
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	1.578.097.205	99,99	1.556.074	(198.861)	(536.630)	1.516.318.129	99,99	1.516.318	181.032	-	(372.382)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	17.361.558	99,99	17.362	3.539	(5.357)	17.361.558	99,99	17.362	8.896	-	(1.733)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	7.559.824	99,99	7.560	(1.635)	(5.223)	7.559.824	99,99	7.560	3.588	-	(1.166)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	14.996.736	99,99	14.997	(1.517)	(6.579)	14.996.736	99,99	14.997	5.062	-	(2.594)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	19.142.404	99,99	19.142	(2.665)	(8.916)	19.142.404	99,99	19.142	6.251	-	(3.508)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	23.542.317	99,99	23.542	(3.249)	(6.233)	23.542.317	99,99	23.542	2.984	-	(811)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	6.885.612	99,99	6.886	(1.455)	(4.591)	6.885.612	99,99	6.886	3.136	-	(945)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	18.011.571	99,99	18.012	(9.500)	(6.142)	18.011.571	99,99	18.012	(3.358)	-	(2.408)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	4.614.138	99,99	4.614	(1.275)	(3.544)	4.614.138	99,99	4.614	2.269	-	(763)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	14.215.026	99,99	14.215	(3.546)	(7.289)	14.215.026	99,99	14.215	3.743	-	(3.052)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	13.014.445	99,99	13.014	(11.173)	(6.825)	13.014.445	99,99	13.014	(4.348)	-	(2.815)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	16.493.153	99,99	16.493	4.801	(4.523)	16.493.153	99,99	16.493	9.324	-	(1.169)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	10.421.120	99,99	10.421	(3.016)	(5.344)	10.421.120	99,99	10.421	2.328	-	(2.542)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	19.464.696	99,99	19.465	(5.415)	(4.048)	19.464.696	99,99	19.465	(1.367)	-	(1.015)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	19.346.653	99,99	19.347	(6.585)	(4.654)	19.346.653	99,99	19.347	(1.931)	-	(1.617)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	11.530.260	99,99	11.530	(940)	(4.135)	11.530.260	99,99	11.530	3.195	-	(2.854)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	6.428.922	99,99	6.429	(5.308)	(2.826)	6.428.922	99,99	6.429	(2.482)	-	(1.419)

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2019					31/12/2018					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
<b>Eólico</b>											
Centrais Eólicas Calandra S.A. - Em recuperação judicial	6.598.699	99,99	6.599	(3.343)	(1.891)	6.598.698	99,99	6.599	(1.452)	-	(946)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	3.903.274	99,99	3.903	(3.148)	(1.936)	3.903.273	99,99	3.903	(1.212)	-	(896)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.181.078	99,99	2.181	(498)	(1.307)	2.181.077	99,99	2.181	809	-	(389)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.143.392	99,99	3.143	(547)	(1.432)	3.143.391	99,99	3.143	885	-	(392)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	130.234.571	99,99	130.235	(3.592)	(72.580)	119.383.201	99,99	119.383	34.501	-	(10.610)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	1.408.975	99,99	1.409	(15.281)	(10.833)	772.826	99,99	773	(5.083)	-	(4.863)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	32.338	99,99	32	(33)	(9)	32.338	99,99	32	(24)	-	(15)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	244.293.570	99,99	244.294	(1.320)	(619)	376.194.387	99,99	376.194	131.200	-	127
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	968.664	99,99	969	(135)	(4)	968.663	99,99	969	(131)	-	236
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	883.194	99,99	883	(94)	(10)	883.193	99,99	883	(84)	-	73
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	22.973	100,00	23	(1)	-	22.972	100,00	23	(1)	-	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	73.722.950	99,99	73.723	27.850	(4)	45.616.074	99,99	45.616	45.614	-	(3)
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.640.157	99,99	12.640	12.640	(1)	-	-	-	-	-	-
Outras participações <sup>(1)</sup>	-	-	-	(46)	(18)	-	-	-	(27)	-	(16)
<b>Comercialização</b>											
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(175.746)	(150.625)	-	100,00	4.306	(549.160)	-	(320.072)

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1

## 11.3 Movimentação dos investimentos

### 11.3.1 Consolidado

Companhia	31/12/2018	Resultado	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	31/12/2019
			Amortização da mais valia		
PCH					
Brasil PCH S.A.	603.747	102.151	(36.302)	(77.189)	592.407

Companhia	31/12/2017	Resultado	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	31/12/2018
			Amortização da mais valia		
PCH					
Brasil PCH S.A.	685.362	84.989	(36.303)	(130.301)	603.747

#### 11.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

A Companhia mensura seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

A Brasil PCH detém 13 PCHs com capacidade instalada de 291 MW e energia assegurada de 194 MW médios. Todas as PCHs possuem contratos de longo prazo (20 anos) de venda de energia no âmbito do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não examinadas pelos auditores independentes).

De acordo com o requerido no CPC 45 (IFRS 12), apresentamos as informações contábeis da Brasil PCH (controlada em conjunto):

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (CONSOLIDADO)

ATIVOS	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
<b>CIRCULANTES</b>			<b>CIRCULANTES</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	8	63.657	Debêntures	122.117	41.758
Aplicações financeiras	155.550	94.994	Outros passivos circulantes	80.279	159.789
Outros ativos circulantes	56.366	65.883	Total dos passivos circulantes	202.396	201.547
Total dos ativos circulantes	211.924	224.534			
<b>NÃO CIRCULANTES</b>			<b>NÃO CIRCULANTES</b>		
Imobilizado	1.035.306	1.043.546	Debêntures	766.192	863.854
Outros ativos não circulantes	21.125	40.795	Outros passivos não circulantes	130.352	90.820
Total dos ativos não circulantes	1.056.431	1.084.341	Total dos passivos não circulantes	896.544	954.674
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	169.415	152.654
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.268.355</b>	<b>1.308.875</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.268.355</b>	<b>1.308.875</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (CONSOLIDADO)

	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	426.940	408.659
Custo com depreciação	(35.752)	(34.268)
Outros custos	(64.780)	(53.899)
Despesas gerais e administrativas	(15.479)	(16.869)
Reversão para perda com contrato oneroso	4.425	2.528
Resultado financeiro	(100.822)	(124.314)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(14.235)	(15.191)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>200.297</u>	<u>166.646</u>

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi impactado substancialmente por: (i) aumento do faturamento em função do reajuste contratual de 7,64% ocorrido no primeiro semestre de 2019; (ii) aumentos nos custos com manutenções preventivas e corretivas realizadas nas PCHs; e (iii) redução do resultado financeiro negativo em função do aumento nos rendimentos com aplicação financeira e redução nos encargos da dívida.

## 11.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2018	Adições	Cisão parcial/ Incorporação (nota 11.3.3)	Equivalência patrimonial	Reclassificação <sup>2</sup>	31/12/2019
<b>PCH</b>						
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	127.366	-	-	18.917	-	146.283
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	(6)	-	(6)
Chipley SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	837.494	-	-	78.892	-	916.386
<b>Eólico</b>						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial <sup>11.3.3.b</sup>	-	56.208	100.529	(536.630)	181.032	(198.861)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(5.357)	8.896	3.539
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(5.223)	3.588	(1.635)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(6.579)	5.062	(1.517)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(8.916)	6.251	(2.665)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(6.233)	2.984	(3.249)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(4.591)	3.136	(1.455)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(6.142)	(3.358)	(9.500)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(3.544)	2.269	(1.275)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(7.289)	3.743	(3.546)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(6.825)	(4.348)	(11.173)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(4.523)	9.324	4.801
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(5.344)	2.328	(3.016)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(4.048)	(1.367)	(5.415)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(4.654)	(1.931)	(6.585)
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(4.135)	3.195	(940)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(2.826)	(2.482)	(5.308)
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(1.891)	(1.452)	(3.343)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(1.936)	(1.212)	(3.148)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(1.307)	809	(498)
Centrais Eólicas Emburuçu S.A. - Em recuperação judicial	-	-	-	(1.432)	885	(547)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial <sup>11.3.3.b</sup>	-	2.713	31.774	(72.580)	34.501	(3.592)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial <sup>11.3.3.a</sup>	-	1.037	(402)	(10.833)	(5.083)	(15.281)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(24)	-	-	(9)	-	(33)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial <sup>11.3.3.b</sup>	131.200	-	(131.901)	(619)	-	(1.320)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(131)	-	-	(4)	-	(135)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(84)	-	-	(10)	-	(94)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	-	-	(1)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial <sup>11.3.3.c</sup>	45.614	-	(17.760)	(4)	-	27.850
SF 120 Participações Societárias S.A. <sup>11.3.3.d</sup>	-	-	12.641	(1)	-	12.640
Outras participações <sup>(1)</sup>	(27)	-	-	(19)	-	(46)
<b>Comercialização</b>						
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(549.160)	524.039	-	(150.625)	-	(175.746)
<b>Total</b>	<b>592.247</b>	<b>583.997</b>	<b>(5.119)</b>	<b>(766.326)</b>	<b>246.770</b>	<b>651.569</b>

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

Nota 2: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda (nota 29).

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2017	Adições	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Transferência para ativo mantidos para venda	31/12/2018
<b>PCH</b>						
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	119.068	-	10.883	(2.585)	-	127.366
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	5	5	(10)	-	-	-
Chiple SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	786.294	-	53.753	(2.553)	-	837.494
<b>Eólico</b>						
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	385.172	168.242	(372.382)	-	(181.032)	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	7.832	2.797	(1.733)	-	(8.896)	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	3.744	1.010	(1.166)	-	(3.588)	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	4.897	2.759	(2.594)	-	(5.062)	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	6.491	3.268	(3.508)	-	(6.251)	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	2.713	1.082	(811)	-	(2.984)	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	3.198	883	(945)	-	(3.136)	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(4.082)	3.132	(2.408)	-	3.358	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	2.358	674	(763)	-	(2.269)	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	4.432	2.363	(3.052)	-	(3.743)	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(3.890)	2.357	(2.815)	-	4.348	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	7.699	2.794	(1.169)	-	(9.324)	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	2.759	2.111	(2.542)	-	(2.328)	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(868)	516	(1.015)	-	1.367	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(1.044)	730	(1.617)	-	1.931	-
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	3.158	2.891	(2.854)	-	(3.195)	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.335)	1.272	(1.419)	-	2.482	-
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	(1.504)	998	(946)	-	1.452	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.206)	890	(896)	-	1.212	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	850	348	(389)	-	(809)	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	861	416	(392)	-	(885)	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	32.619	12.492	(10.610)	-	(34.501)	-
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(449)	229	(4.863)	-	5.083	-
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(9)	-	(15)	-	-	(24)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	130.847	226	127	-	-	131.200
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(399)	32	236	-	-	(131)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(179)	22	73	-	-	(84)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-	-	-	-	(1)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	1	45.616	(3)	-	-	45.614
Outras participações <sup>(1)</sup>	(11)	-	(16)	-	-	(27)
<b>Comercialização</b>						
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(229.088)	-	(320.072)	-	-	(549.160)
<b>Total</b>	<b>1.259.933</b>	<b>260.155</b>	<b>(675.933)</b>	<b>(5.138)</b>	<b>(246.770)</b>	<b>592.247</b>

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para perda em investimento no montante de R\$459.930 (R\$549.427, em 31 de dezembro de 2018).

### 11.3.3 Reestruturação societárias

- a) Em 15 de maio de 2019, os acionistas aprovaram a cisão parcial com redução de capital da controlada Centrais Eólicas Itapuã VII S.A. - em recuperação judicial, no montante de R\$402 e consequente cancelamento de 401.814 quotas, mediante a entrega, da parcela cindida a Centrais Elétricas Itaparica S.A. – em recuperação judicial e a Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial;
- b) Em 21 de maio de 2019, os acionistas aprovaram a redução de capital da controlada Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial, no montante de R\$131.901 e consequente cancelamento de 131.900.818 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a entrega de créditos detidos contra a Alstom Energias Renováveis Ltda., aportados nas empresas do AS III (Alto Sertão e Itaparica) para quitação da dívida com esse fornecedor;
- c) Em 21 de maio de 2019 os acionistas aprovaram redução de capital da controlada Bahia Holding S.A. - em recuperação judicial, no montante de R\$17.760 e consequente cancelamento de 17.760.142 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a entrega, por seu valor contábil de determinados projetos em desenvolvimento a Companhia;
- d) Em 25 de novembro de 2019 os acionistas aprovaram aumento de capital da controlada SF 120 Participações Societárias S.A., no montante de R\$12.641 e consequente emissão de 12.640.757 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal elétricas, mediante transferência do projeto eólico em desenvolvimento denominado Mina de Ouro, de titularidade da Companhia a custo histórico.
- e) Em 30 de setembro de 2019 a Companhia aprovou aumento de capital da controlada Renova Comercializadora S.A. - em recuperação judicial, no montante de R\$524.039 e consequente emissão de 524.038.918 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal elétricas, mediante a capitalização de créditos detidos pela Companhia (mútuo) contra a Renova Comercializadora.

### 11.4 Movimentação dos dividendos a receber

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	33.219	5.039
Dividendos propostos	130.301	5.138
Dividendos recebidos	<u>(154.340)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.180	10.177
Dividendos propostos	77.189	-
Dividendos recebidos	<u>(86.369)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>10.177</u>

- a) Controladora: o saldo de R\$10.177 refere-se a dividendos a receber das controladas Enerbras (R\$5.559) e Chipley (R\$4.618).
- b) Consolidado: contemplam os dividendos propostos e recebidos da controlada indireta Brasil PCH.



## 12. Ativo imobilizado

### 12.1 Consolidado

		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(25.644)	70.153	95.797	(23.410)	72.387
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	(14.429)	31.907	46.336	(13.165)	33.171
Máquinas e equipamentos	4%	65.015	(23.178)	41.837	65.015	(21.164)	43.851
Móveis e utensílios	10%	142	(131)	11	142	(127)	15
Equipamento de informática	17%	245	(245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(22.160)	532	22.692	(20.064)	2.628
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.363)	376	3.739	(2.652)	1.087
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.350)	22	2.372	(1.876)	496
Outros	14%	16	(14)	2	16	(13)	3
		236.949	(91.514)	145.435	236.949	(82.716)	154.233
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.156)	2.200	5.356	(2.620)	2.736
Benfeitorias	4%	854	(111)	743	854	(78)	776
Móveis e utensílios	10%	2.114	(1.519)	595	2.114	(1.307)	807
Softwares	20%	3.310	(3.294)	16	3.310	(3.195)	115
Equipamento de informática	20%	3.524	(3.472)	52	3.524	(3.156)	368
		15.158	(11.552)	3.606	15.158	(10.356)	4.802
Estoques							
Almoxarifado geral		14	-	14	3	-	3
Total do imobilizado em serviço		252.121	(103.066)	149.055	252.110	(93.072)	159.038
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		679.011	-	679.011	698.256	-	698.256
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		12.092	-	12.092	12.095	-	12.095
Edificações, obras civis e benfeitorias		273.074	-	273.074	266.159	-	266.159
Torres de medição		3.989	-	3.989	3.989	-	3.989
Aerogeradores		1.491.228	-	1.491.228	1.495.669	-	1.495.669
Equipamentos de subestação		445.995	-	445.995	431.732	-	431.732
Adiantamentos a fornecedores		679	-	679	1.750	-	1.750
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.413.850)	-	(1.413.850)	(1.154.492)	-	(1.154.492)
Total do imobilizado em curso		1.493.280	-	1.493.280	1.756.220	-	1.756.220
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		44.573	(6.173)	38.400	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.2)							
		-	-	-	(1.675.862)	-	(1.675.862)
Total imobilizado							
		1.789.974	(109.239)	1.680.735	332.468	(93.072)	239.396

## 12.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas <sup>1</sup>	Reclassificação <sup>2</sup>	31/12/2019
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	595	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	-	16
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>236.949</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	-	-	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.524	-	-	-	-	3.524
	<u>15.158</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.158</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	3	11	-	-	-	14
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>252.110</u>	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.121</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	(23.410)	(2.234)	-	-	-	(25.644)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13.165)	(1.264)	-	-	-	(14.429)
Máquinas e equipamentos	(21.164)	(2.014)	-	-	-	(23.178)
Móveis e utensílios	(127)	(4)	-	-	-	(131)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	-	(245)
Torres de medição	(20.064)	(2.096)	-	-	-	(22.160)
Equipamentos de medição	(2.652)	(711)	-	-	-	(3.363)
Equipamentos de torres	(1.876)	(474)	-	-	-	(2.350)
Outros	(13)	(1)	-	-	-	(14)
	<u>(82.716)</u>	<u>(8.798)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(91.514)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(536)	-	-	-	(3.156)
Benfeitorias	(78)	(33)	-	-	-	(111)
Móveis e utensílios	(1.307)	(212)	-	-	-	(1.519)
Softwares	(3.195)	(99)	-	-	-	(3.294)
Equipamento de informática	(3.156)	(316)	-	-	-	(3.472)
	<u>(10.356)</u>	<u>(1.196)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.552)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(93.072)</u>	<u>(9.994)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(103.066)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>159.038</u>	<u>(9.983)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>149.055</u>

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas <sup>1</sup>	Reclassificação <sup>2</sup>	31/12/2019
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	259.979	6.383	(958)	(24.625)	438.232	679.011
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	186	-	-	(3)	11.909	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	6.675	-	240	266.159	273.074
Torres de medição	-	-	-	-	3.989	3.989
Aerogeradores	-	2.644	(6.740)	(345)	1.495.669	1.491.228
Equipamentos de subestação	135	13.002	-	1.261	431.597	445.995
Adiantamentos a fornecedores	207	626	-	(1.697)	1.543	679
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(181.211)	(259.403)	-	-	(973.236)	(1.413.850)
Total do imobilizado em curso	80.358	(230.073)	(7.698)	(25.169)	1.675.862	1.493.280
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	-	44.573	-	-	-	44.573
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	-	(571)	-	-	-	(571)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	-	(5.602)	-	-	-	(5.602)
Total direiro de uso	-	38.400	-	-	-	38.400
Total do imobilizado	239.396	(201.656)	(7.698)	(25.169)	1.675.862	1.680.735

Nota 1: Inclui montante de R\$17.626 em negociação com a Casa dos Ventos que foi baixado conforme nota 12.8.

Nota 2: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda (nota 29).

	31/12/2017	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2018
Imobilizado em serviço						
Custo						
Geração						
Usina						
Terrenos	595	-	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	95.797	-	-	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	46.336	-	-	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	65.015	-	-	-	-	65.015
Móveis e utensílios	142	-	-	-	-	142
Equipamento de informática	245	-	-	-	-	245
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
Outros	16	-	-	-	-	16
	<u>236.949</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>236.949</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.955	-	(2.101)	-	-	854
Móveis e utensílios	5.857	-	(3.743)	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.762	-	(238)	-	-	3.524
	<u>21.240</u>	<u>-</u>	<u>(6.082)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.158</u>
Estoques						
Almoxarifado geral	-	6	(3)	-	-	3
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>258.189</u>	<u>6</u>	<u>(6.085)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>252.110</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Usina						
Reservatórios, barragens e adutoras	(21.168)	(2.242)	-	-	-	(23.410)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(11.900)	(1.265)	-	-	-	(13.165)
Máquinas e equipamentos	(19.151)	(2.013)	-	-	-	(21.164)
Móveis e utensílios	(110)	(17)	-	-	-	(127)
Equipamento de informática	(245)	-	-	-	-	(245)
Torres de medição	(17.325)	(2.739)	-	-	-	(20.064)
Equipamentos de medição	(1.899)	(753)	-	-	-	(2.652)
Equipamentos de torres	(1.399)	(477)	-	-	-	(1.876)
Outros	(11)	(2)	-	-	-	(13)
	<u>(73.208)</u>	<u>(9.508)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(82.716)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.021)	(599)	-	-	-	(2.620)
Benfeitorias	(542)	(112)	576	-	-	(78)
Móveis e utensílios	(2.713)	(527)	1.933	-	-	(1.307)
Softwares	(2.993)	(202)	-	-	-	(3.195)
Equipamento de informática	(2.929)	(434)	207	-	-	(3.156)
	<u>(11.198)</u>	<u>(1.874)</u>	<u>2.716</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.356)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(84.406)</u>	<u>(11.382)</u>	<u>2.716</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(93.072)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>173.783</u>	<u>(11.376)</u>	<u>(3.369)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>159.038</u>

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2017	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas (*)	Transferência para ativos mantidos para venda	31/12/2018
Imobilizado em curso						
Geração						
A ratear	667.155	16.773	-	(1.870)	(422.079)	259.979
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	12.095	-	-	-	(11.909)	186
Edificações, obras civis e benfeitorias	265.872	287	-	-	(266.159)	-
Torres de medição	3.989	-	-	-	(3.989)	-
Aerogeradores	1.504.327	191	-	(8.849)	(1.495.669)	-
Equipamentos de subestação	427.792	-	-	3.940	(431.597)	135
Adiantamentos a fornecedores	523	1.387	(160)	-	(1.543)	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.004.266)	(150.630)	404	-	973.281	(181.211)
Total do imobilizado em curso	1.878.549	(131.992)	244	(6.779)	(1.659.664)	80.358
Total do imobilizado	2.052.332	(143.368)	(3.125)	(6.779)	(1.659.664)	239.396

(\*) Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

## 12.3 Controladora

		31/12/2019			31/12/2018		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.160)	532	22.692	(20.064)	2.628
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.363)	376	3.739	(2.652)	1.087
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.350)	22	2.372	(1.876)	496
		<u>28.803</u>	<u>(27.873)</u>	<u>930</u>	<u>28.803</u>	<u>(24.592)</u>	<u>4.211</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(3.156)	2.200	5.356	(2.620)	2.736
Benfeitorias	4%	854	(111)	743	854	(78)	776
Móveis e utensílios	10%	2.114	(1.519)	595	2.114	(1.307)	807
Softwares	20%	3.310	(3.294)	16	3.310	(3.195)	115
Equipamento de informática	20%	3.506	(3.454)	52	3.506	(3.138)	368
		<u>15.140</u>	<u>(11.534)</u>	<u>3.606</u>	<u>15.140</u>	<u>(10.338)</u>	<u>4.802</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>43.943</u>	<u>(39.407)</u>	<u>4.536</u>	<u>43.943</u>	<u>(34.930)</u>	<u>9.013</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		60.368	-	60.368	74.377	-	74.377
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		11	-	11	207	-	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.722)	-	(1.722)	(1.722)	-	(1.722)
Total do imobilizado em curso		<u>59.769</u>	<u>-</u>	<u>59.769</u>	<u>73.974</u>	<u>-</u>	<u>73.974</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		23.044	(4.893)	18.151	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 29.1)		-	-	-	(24.487)	-	(24.487)
Total imobilizado		<u>126.756</u>	<u>(44.300)</u>	<u>82.456</u>	<u>93.430</u>	<u>(34.930)</u>	<u>58.500</u>

## 12.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2018	Adições	Baixas	Reclassificação <sup>1</sup>	Reclassificação <sup>2</sup>	Aumento (redução) de capital em controladas <sup>3</sup>	31/12/2019
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Geração							
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.114	-	-	-	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.506	-	-	-	-	-	3.506
	<u>15.140</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.140</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - custo</b>	<u>43.943</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.943</u>
<b>(-) Depreciação</b>							
Geração							
Torres de medição	(20.064)	(2.096)	-	-	-	-	(22.160)
Equipamentos de medição	(2.652)	(711)	-	-	-	-	(3.363)
Equipamentos de torres	(1.876)	(474)	-	-	-	-	(2.350)
	<u>(24.592)</u>	<u>(3.281)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27.873)</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	(2.620)	(536)	-	-	-	-	(3.156)
Benfeitorias	(78)	(33)	-	-	-	-	(111)
Móveis e utensílios	(1.307)	(212)	-	-	-	-	(1.519)
Softwares	(3.195)	(99)	-	-	-	-	(3.294)
Equipamento de informática	(3.138)	(316)	-	-	-	-	(3.454)
	<u>(10.338)</u>	<u>(1.196)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.534)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - depreciação</b>	<u>(34.930)</u>	<u>(4.477)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39.407)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<u>9.013</u>	<u>(4.477)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.536</u>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Geração							
A ratear	49.890	5.975	(958)	(24.145)	24.487	5.119	60.368
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	207	-	-	(196)	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	-	-	-	(1.722)
<b>Total do custo do imobilizado em curso</b>	<u>49.487</u>	<u>5.975</u>	<u>(958)</u>	<u>(24.341)</u>	<u>24.487</u>	<u>5.119</u>	<u>59.769</u>
<b>Direito de uso</b>							
Geração							
Contratos de arrendamento	-	23.044	-	-	-	-	23.044
(-) Amortização contratos de arrendamento	-	(4.893)	-	-	-	-	(4.893)
	<u>-</u>	<u>18.151</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.151</u>
<b>Total do imobilizado</b>	<u>58.500</u>	<u>24.542</u>	<u>(958)</u>	<u>(24.341)</u>	<u>24.487</u>	<u>5.119</u>	<u>82.456</u>

Nota 1: Inclui montante de R\$17.626 em negociação com a Casa dos Ventos que foi baixado conforme nota 12.8.

Nota 2: Reclassificação de ativos anteriormente apresentados como mantidos para venda (nota 29).

Nota 3: vide nota 11.3.3.



	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência para ativos mantidos para venda	Integralização de capital na Bahia Holding	31/12/2018
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	-	2.372
	<u>28.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.803</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	2.955	-	(2.101)	-	-	854
Móveis e utensílios	5.857	-	(3.743)	-	-	2.114
Softwares	3.310	-	-	-	-	3.310
Equipamento de informática	3.744	-	(238)	-	-	3.506
	<u>21.222</u>	<u>-</u>	<u>(6.082)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.140</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - custo</b>	<u>50.025</u>	<u>-</u>	<u>(6.082)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.943</u>
<b>(-) Depreciação</b>						
Geração						
Torres de medição	(17.325)	(2.739)	-	-	-	(20.064)
Equipamentos de medição	(1.899)	(753)	-	-	-	(2.652)
Equipamentos de torres	(1.399)	(477)	-	-	-	(1.876)
	<u>(20.623)</u>	<u>(3.969)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(24.592)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(2.021)	(599)	-	-	-	(2.620)
Benfeitorias	(542)	(112)	576	-	-	(78)
Móveis e utensílios	(2.713)	(527)	1.933	-	-	(1.307)
Softwares	(2.993)	(202)	-	-	-	(3.195)
Equipamento de informática	(2.909)	(434)	205	-	-	(3.138)
	<u>(11.178)</u>	<u>(1.874)</u>	<u>2.714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.338)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço - depreciação</b>	<u>(31.801)</u>	<u>(5.843)</u>	<u>2.714</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(34.930)</u>
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<u>18.224</u>	<u>(5.843)</u>	<u>(3.368)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.013</u>
<b>Imobilizado em curso</b>						
Geração						
A ratear	87.231	16.562	-	(8.289)	(45.614)	49.890
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	367	-	(160)	-	-	207
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.722)	-	-	-	-	(1.722)
<b>Total do custo do imobilizado em curso</b>	<u>86.988</u>	<u>16.562</u>	<u>(160)</u>	<u>(8.289)</u>	<u>(45.614)</u>	<u>49.487</u>
<b>Total do imobilizado</b>	<u>105.212</u>	<u>10.719</u>	<u>(3.528)</u>	<u>(8.289)</u>	<u>(45.614)</u>	<u>58.500</u>

## 12.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

## 12.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento. Em virtude do encerramento das negociações de venda do Complexo Eólico AS III (nota 1.2.1), os montantes anteriormente registrados na rubrica de ativos mantidos para venda foram reclassificados para o grupo de imobilizado, subgrupo imobilizado em curso, em 31 de dezembro de 2019.

## 12.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de dezembro de 2019 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A <sup>(1)</sup>			
ACL (Light I) <sup>(2)</sup>	1.556.399	(701.732)	854.667
LER 2013	830.338	(405.779)	424.559
	<u>2.386.737</u>	<u>(1.107.511)</u>	<u>1.279.226</u>
Alto Sertão III - Fase B <sup>(3)</sup>			
ACL (Light II)	151.956	(78.814)	73.142
ACL (Mercado livre II)	86.983	(46.331)	40.652
	<u>238.939</u>	<u>(125.145)</u>	<u>113.794</u>
Outros			
Outras imobilizações em curso <sup>(4)</sup>	100.260	-	100.260
Total do imobilizado em curso	<u>2.725.936</u>	<u>(1.232.656)</u>	<u>1.493.280</u>

Nota 1: A Companhia possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas resoluções autorizativas dos parques eólicos do Complexo Alto Sertão III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014. A Administração da Companhia vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar a ANEEL conexão e benefícios entre tais obrigações e o Plano de Recuperação Judicial apresentado em dezembro de 2019. Dessa forma, nenhuma provisão adicional foi constituída.

Nota 2: Os ativos pertinentes ao LER 2014 encontram-se alocados, para fins contábeis, na linha “ACL (Light 1)” acima.

Nota 3: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. Considerando o processo de recuperação judicial, esse pedido de reconsideração foi complementado para a sua aderência à nova situação da Companhia e continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota 18 b), a Companhia constituiu provisão no montante de R\$61.080 para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas.

Nota 4: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas

centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia, não sendo identificado em 31 de dezembro de 2019 a necessidade de qualquer provisão complementar de *impairment*.

## 12.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2019 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

Em 8 de maio de 2019, a Companhia concluiu as condições precedentes previstas em contrato e entregou o projeto eólico em desenvolvimento Seridó a determinado fornecedor com o objetivo de amortizar o montante de R\$10.000 do total da dívida com este fornecedor de determinadas controladas da Companhia que fazem parte do AS III – Fase A. Assim os gastos com esse projeto, que totalizaram R\$6.518 anteriormente reconhecidos no ativo foram baixados. A Companhia reconheceu o crédito a receber destas controladas no montante de R\$10.000, que deverá ser aportado como aumento de capital até 31 de dezembro de 2020.

Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando a conclusão das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.

## 12.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

No segundo semestre de 2019, a Administração da Companhia efetuou a análise da provisão para redução ao valor recuperável com base nas condições comerciais que estavam sendo discutidas com a AES no contrato de compra e venda de ações do Complexo Eólico Alto Sertão III e determinados projetos eólicos em desenvolvimento, e dentro das melhores expectativas complementou a provisão anteriormente constituída em R\$259.403 (R\$150.630, em 31 de dezembro de 2018) para fazer face a potenciais perdas na realização dos ativos do Complexo Eólico Alto Sertão III, líquida dos custos de venda, cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.413.850.

Considerando o cenário descrito na nota 1.3, a Administração da Companhia manteve as provisões para redução ao valor recuperável anteriormente constituídas e aguarda aprovação do seu plano de recuperação judicial para avaliar o valor de realização dos seus ativos. Adicionalmente, conforme nota 32.2, a Administração aceitou em março de 2020 proposta vinculante de financiamento para conclusão das obras do Complexo Alto Sertão III.

## 12.10 Bens dados em garantia

As controladas indiretas Espira e Diamantina possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.635.729, conforme nota 15.3.

## 12.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstrução do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

## 13. Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia e suas controladas identificaram 2.329 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 2.174 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 134 aos parques eólicos em construção e 14 às PCHs em operação e ainda 7 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	31/12/2019		Passivo	31/12/2019	
	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	9.616	6.240
Direito de uso do ativo arrendado	44.573	23.044	(-) Juros a apropriar	(5.319)	(2.363)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(6.173)	(4.893)	Total do passivo circulante	4.297	3.877
	38.400	18.151	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	86.237	20.312
			(-) Juros a apropriar	(49.971)	(4.560)
			Total do passivo não circulante	36.266	15.752
Ativo total	38.400	18.151	Passivo total	40.563	19.629

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Custo		
Amortização direito de uso	571	-
Despesa		
Amortização direito de uso	5.602	4.893
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>5.356</u>	<u>2.841</u>
Total	<u>11.529</u>	<u>7.734</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2020	5.318	9.613
2021	4.733	9.231
2022	4.138	8.563
2023	3.602	7.314
2024	3.131	6.457
2025 a 2029	12.585	17.445
2030 a 2034	9.184	14.385
2035 a 2039	6.802	8.946
2040 a 2044	4.521	8.945
2045 a 2049	<u>1.276</u>	<u>4.954</u>
Total	<u>55.290</u>	<u>95.853</u>

## 14. Fornecedores

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores		345.579	326.282	46.165	87.673
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	29	-	(277.751)	-	(43.000)
		<u>345.579</u>	<u>48.531</u>	<u>46.165</u>	<u>44.673</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado de fornecedores inclui, principalmente, valores referentes aos contratos de fornecimento de equipamentos e materiais para a construção dos parques do Complexo Eólico AS III e outros referentes a aerogeradores, subestações e construção civil. Inclui também valores referentes a negociação com fornecedores, bem como os encargos financeiros quando aplicável.

De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou seu passivo com fornecedores provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de

Credores mencionado na Nota 1.3.

## 15. Empréstimos e financiamentos

### 15.1 Consolidado

		Consolidado									
		31/12/2019					31/12/2018				
		Circulante			Não circulante	Total geral	Circulante			Não circulante	Total geral
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Moeda Nacional											
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra <sup>(15.6.a)</sup>	9,5% a.a. (8,08% a.a.)*	16	7.842	7.858	55.299	63.157	-	7.101	7.101	63.587	70.688
Finep - CEOL Itaparica <sup>(15.6.b)</sup>	3,5% a.a.	13	8.489	8.502	-	8.502	16	1.997	2.013	8.158	10.171
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "A") <sup>(15.6.c)</sup>	TLP + 9% a.a.	-	-	-	-	-	2.015	169.026	171.041	-	171.041
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "B") <sup>(15.6.c)</sup>	TLP + 2,5% a.a.	-	-	-	-	-	5.799	499.921	505.720	-	505.720
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") <sup>(15.6.c)</sup>	TJ6 + 8,15% a.a.	241.580	248.977	490.557	-	490.557	1.571	257.258	258.829	-	258.829
Citibank <sup>(15.6.d)</sup>	155% CDI	6.274	185.614	191.888	-	191.888	50.833	120.500	171.333	-	171.333
BTG Pactual <sup>(15.6.d)</sup>	155% CDI	5.747	171.027	176.774	-	176.774	40.497	129.738	170.235	-	170.235
Banco Modal <sup>(15.6.d)</sup>	100% CDI + 6% a.a.	7.081	16.042	23.123	-	23.123	4.446	15.000	19.446	-	19.446
Banco Bradesco <sup>(15.6.d)</sup>	100% CDI + 2,5% a.a.	328	4.255	4.583	-	4.583	-	-	-	-	-
Banco Itaú <sup>(15.6.d)</sup>	100% CDI + 2,5% a.a.	326	4.253	4.579	-	4.579	-	-	-	-	-
Banco Bradesco <sup>(15.6.d)</sup>	12,68% a.a.	113	341.106	341.219	-	341.219	-	-	-	-	-
Banco Itaú <sup>(15.6.d)</sup>	12,68% a.a.	41	124.795	124.836	-	124.836	-	-	-	-	-
Banco ABC <sup>(15.6.d)</sup>	12,68% a.a.	17	49.917	49.934	-	49.934	-	-	-	-	-
Citibank <sup>(15.6.d)</sup>	12,68% a.a.	28	83.221	83.249	-	83.249	-	-	-	-	-
Subtotal dos empréstimos e financiamentos		261.564	1.245.538	1.507.102	55.299	1.562.401	105.177	1.200.541	1.305.718	71.745	1.377.463
Custo de captação da operação		-	(103)	(103)	-	(103)	-	-	-	(131)	(131)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 29.2)		-	-	-	-	-	(13.847)	(943.202)	(957.049)	(8.027)	(965.076)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		261.564	1.245.435	1.506.999	55.299	1.562.298	91.330	257.339	348.669	63.587	412.256

\*15% de bônus de adimplência



## 15.2 Controladora

		Circulante					
		31/12/2019			31/12/2018		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Citibank <sup>(15.6.d)</sup>	155% CDI	6.274	185.614	191.888	50.833	120.500	171.333
BTG Pactual <sup>(15.6.d)</sup>	155% CDI	5.747	171.027	176.774	40.497	129.738	170.235
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS</b>		<b>12.021</b>	<b>356.641</b>	<b>368.662</b>	<b>91.330</b>	<b>250.238</b>	<b>341.568</b>

## 15.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2019, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 15.6.a)	BNDES (nota 15.6.c)	Banco BTG (nota 15.6.d)	Total
Recebíveis da Espra	398.967	-	398.967	398.967
Penhor de ações da Enerbras	146.283	-	146.283	146.283
Hipoteca/alienação de bens do ativo imobilizado	144.501	1.491.228	144.501	1.635.729
Caução em dinheiro (Nota 10)	11.502	-	-	11.502
<b>Total</b>	<b>701.253</b>	<b>1.491.228</b>	<b>689.751</b>	<b>2.191.481</b>

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 15.6.

## 15.4 Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.179.528	113.810	1.293.338	250.711	49.775	300.486
Encargos financeiros provisionados	-	162.241	162.241	-	43.976	43.976
Encargos financeiros pagos	-	(8.701)	(8.701)	-	(2.421)	(2.421)
Comissões e outras penalidades	4.662	-	4.662	4.662	-	4.662
Amortização de empréstimos e financiamentos	(74.234)	-	(74.234)	(5.135)	-	(5.135)
Atualização e incorporação de juros ao principal	162.173	(162.173)	-	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	26	-	26	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(951.229)	(13.847)	(965.076)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	320.926	91.330	412.256	250.238	91.330	341.568
Empréstimos obtidos	24.400	-	24.400	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	-	196.591	196.591	-	30.642	30.642
Encargos financeiros pagos	-	(13.629)	(13.629)	-	(4.769)	(4.769)
Comissões e outras penalidades	53.371	-	53.371	1.221	-	1.221
Amortização de empréstimos e financiamentos	(75.793)	-	(75.793)	-	-	-
Atualização e incorporação de juros ao principal <sup>1</sup>	26.575	(26.575)	-	105.182	(105.182)	-
Apropriação dos custos de captação	26	-	26	-	-	-
Reclassificação <sup>2</sup>	951.229	13.847	965.076	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.300.734	261.564	1.562.298	356.641	12.021	368.662

Nota 1: Movimentação realizada em função do remanejamento do subcrédito "A" para o subcrédito "C".

Nota 2: Reclassificação de passivos anteriormente apresentados como passivos associados a ativos mantidos para venda (Nota 29).

## 15.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento e são relacionadas ao empréstimo da controlada indireta Espira (nota 15.6(a)):

Ano de vencimento	31/12/2019
	Consolidado
2021	8.523
2022	9.054
2023	9.616
2024	10.211
2025	11.486
2026 a 2027	6.409
Total	55.299

## 15.6 Resumo dos contratos

### a. Contrato BNB

A controlada indireta Espira, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$144.501), o penhor de ações da Enerbras (R\$145.448), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espira, no valor de R\$398.967 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$11.502, em 31 de dezembro de 2019 (Nota 10). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

### b. FINEP

Em 19 de dezembro de 2013 a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$107.960, cujos recursos seriam destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possuía carência de 36 meses entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deveria ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024.

Até 31 de dezembro de 2019, o montante liberado foi de R\$14.149, sendo garantido por cartas de fiança bancária no valor de 100% do total liberado, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pela controlada Itaparica, a FINEP decretou vencimento antecipado do financiamento e a Companhia, na qualidade de fiadora das obrigações, efetuou a quitação do valor devido em 21 de janeiro de 2020, do montante de R\$8.490, mediante utilização da garantia aportada no Banco Safra.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Em 15 de maio de 2019 e 19 de julho de 2019, foram criados os subcréditos “D” e “E” decorrente da incorporação ao saldo devedor do contrato do valor devido a título de Comissão de Renegociação, no valor de R\$2.433 e R\$2.487, respectivamente, corrigidos pela taxa média SELIC mais sobretaxa fixa, acrescidos de remuneração de 8,55% a.a. e 8,63% a.a., quitados em 19 de julho de 2019 e 15 de agosto de 2019, respectivamente.

Em 15 de agosto de 2019, o BNDES prorrogou os prazos de carência e de amortização do contrato de financiamento mencionado acima para 15 de setembro de 2019 e 15 de outubro de 2019, respectivamente, incluindo a liquidação parcial de R\$12.000 da parcela da dívida nesta mesma data.

Em setembro de 2019, foi incorporado ao saldo devedor do financiamento, o montante de R\$28.023 decorrente de inadimplementos não financeiros e penalidades. Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos.

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A., Diamantina Eólica Participações S.A. e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) fianças bancárias.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário de R\$15.000 acrescida de 100% do CDI mais uma taxa pré-fixada de 6% a.a. junto ao Banco Modal S.A. cujo vencimento ocorreu em 10 de setembro de 2019. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina Eólica como avalistas.

Em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo Citibank. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência. A amortização do principal e o pagamento dos juros serão trimestrais. As principais garantias da operação são: i) aval da Chipley e ii) Cessão fiduciária de 40% dos dividendos distribuídos pela Brasil PCH à Chipley. Até 31 de dezembro de 2019 foram pagos R\$485 referentes a encargos da dívida.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, o Citibank decretou vencimento antecipado da CCB, cujo saldo foi integralmente reclassificado para o passivo circulante.

Em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI, que serão pagos durante todo o prazo da dívida em parcelas trimestrais, sem nenhum período de carência. Até 31 de dezembro de 2019 foram pagos R\$4.284 referentes a encargos da dívida.

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, mesmo o Banco BTG não tendo decretado o vencimento antecipado da dívida, a Companhia reclassificou o saldo integral da dívida para o passivo circulante, conforme determina a norma contábil.

Em 19 de julho de 2019 a controlada indireta Diamantina Eólica contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pela controlada Chipley e pela então controladora Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pelas controladas Diamantina e Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 18) restando um saldo a pagar de R\$9.162.

De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou seu passivo com fornecedores provisionando os encargos com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores mencionado na Nota 1.3.

## 16. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ a pagar	274	5.651	-	-
CSLL a pagar	454	2.365	-	-
COFINS a recolher	132	4.713	-	9
PIS a recolher	22	1.019	-	1
Tributos sobre folha de pagamento	1.139	1.168	1.139	1.168
Tributos retidos de terceiros	4.766	3.455	2.794	332
Tributos sobre operações de mútuo	8.300	1.669	1.204	606
Tributos em parcelamento	23.394	1.541	6.282	1.541
Outros impostos a recolher	39	973	-	1
	<u>38.520</u>	<u>22.554</u>	<u>11.419</u>	<u>3.658</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	-	(17.181)	-	-
<b>TOTAL</b>	<u><u>38.520</u></u>	<u><u>5.373</u></u>	<u><u>11.419</u></u>	<u><u>3.658</u></u>
Apresentados como:				
Circulante	21.868	5.373	7.722	3.658
Não circulante	<u>16.652</u>	<u>-</u>	<u>3.697</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u><u>38.520</u></u>	<u><u>5.373</u></u>	<u><u>11.419</u></u>	<u><u>3.658</u></u>

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$6.282, inclui débitos de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 1.541 incluídos no programa de parcelamento instituído pela Lei 13.496, de 24 de outubro de 2017, cuja consolidação ocorreu em dezembro de 2018 e a Companhia aguarda deferimento da Receita Federal, para posterior compensação com prejuízos fiscais existentes. Além disso, a Companhia aderiu ao parcelamento ordinário de débitos de IRRF sobre as operações de mútuo no montante de R\$4.743 optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no programa de parcelamento da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses e seguem apresentados na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.

## 17. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)

	Passivo	
	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Eletrobras	10.064	13.114
CCEE	38.751	22.657
	48.815	35.771
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	-	(22.657)
Total do circulante	48.815	13.114
Não circulante		
Eletrobras	12.713	20.664
CCEE	2.826	-
Total do não circulante	15.539	20.664
Total	64.354	33.778

### Eletrobrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobrás, sendo a parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia (“MRE”), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 11,94 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 14,07 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2019 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

### CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega).

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.



## 17.1 Movimentação

A movimentação dos exercícios está apresentada a seguir:

	31/12/2018	Reclassificação <sup>1</sup>	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	31/12/2019
Eletrobras	33.778	-	3.275	-	(14.276)	22.777
CCEE	-	22.657	-	33.601	(14.681)	41.577
Total do passivo	33.778	22.657	3.275	33.601	(28.957)	64.354

Nota 1: Reclassificação de passivos anteriormente apresentados como associados a ativos mantidos para venda (nota 29).

	31/12/2017	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	31/12/2018
Eletrobras	27.383	10.177	-	(3.782)	-	33.778
CCEE	19.361	-	17.965	(14.669)	(22.657)	-
Total do passivo	46.744	10.177	17.965	(18.451)	(22.657)	33.778

## 18. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Indenização/ressarcimento a pagar a parte relacionada <sup>(a)</sup>	-	151.136
Penalidades ANEEL <sup>(b)</sup>	67.020	5.940
Outros <sup>(c)</sup>	43.931	53
	110.951	157.129
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 29.2)	-	(5.993)
Total	110.951	151.136
Apresentados como:		
Circulante	109.927	151.136
Não circulante	1.024	-
Total	110.951	151.136

(a) O saldo consolidado de outras contas a pagar em 31 de dezembro de 2018 incluía indenização e ressarcimento a serem pagos às partes relacionadas CEMIG e LIGHTCOM, nos montantes de R\$61.930 e R\$89.206, respectivamente. Com a assinatura dos novos TARDs em 2019 esses valores foram reconhecidos como dívida e transferidos para a conta de partes relacionadas.

(b) O saldo a pagar a ANEEL no montante de R\$67.020 refere-se à penalidades aplicadas pelo (i) cancelamento das outorgas, em 21 de dezembro de 2017, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante de R\$5.940 e (ii) cancelamento das outorgas dos projetos relacionados a parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, no montante de R\$61.080, ocorrida em 4 de junho de

2019.

- (c) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a: i) negociação realizada com a Casa dos Ventos, conforme descrito na Nota 12.8, no montante de R\$25.375, e ii) valor pago pelo Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 16.6, ano montante de R\$15.893.

## 19. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$195.175 (31 de dezembro de 2018, R\$81.259), sendo R\$96.945 cíveis, R\$8.757 trabalhistas, R\$89.317 fiscais e R\$156, administrativas. A seguir apresentamos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal <sup>(19.1)</sup>	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	74.933	6.183	-	143	81.259
Adição <sup>(a)</sup>	50.567	3.524	89.318	-	143.409
Atualização	917	642	-	13	1.572
Baixa <sup>(b)</sup>	(24.957)	(1.048)	-	-	(26.005)
Pagamento <sup>(c)</sup>	(14.273)	(544)	-	-	(14.817)
Cancelamento venda de ativos	9.757	-	-	-	9.757
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>96.944</u>	<u>8.757</u>	<u>89.318</u>	<u>156</u>	<u>195.175</u>

(a) refere-se substancialmente a complemento de provisão para processo cível relacionado a arbitragem (Nota 1.2.2) no montante de R\$17.889 e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros, no montante de R\$32.678.

(b) refere-se substancialmente a reversão da provisão para processo cível de i) execução da dívida com o BTG no montante de R\$12.943 tendo em vista a renegociação da dívida e suspensão do referido processo e ii) ajuizada por terceiro, no montante de R\$8.740 tendo em vista a nulidade da sentença.

(c) refere-se substancialmente a decisão judicial parcial em favor do reclamante que culminou na liberação do depósito judicial no montante de R\$14.178 pago ao fornecedor conforme descrito no item i(a) abaixo.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$203.177 (31 de dezembro de 2018, R\$375.610), sendo R\$196.829 (31 de dezembro de 2018, R\$369.755) cíveis, R\$2.764 (31 de dezembro de 2018, R\$1.842) administrativas e R\$3.584 trabalhistas (31 de dezembro de 2018, R\$4.013), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

### Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

- a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto o possível descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia pelo não pagamento das obrigações deste contrato, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$36.454.
- b) processo arbitral com Consórcio MGT referente ao ressarcimento de supostos prejuízos financeiros suportados durante a execução dos contratos de prestação de serviços de engenharia e obras civis do Complexo Eólico Alto Sertão II, no valor de R\$39.752. (nota 1.2.2).
- c) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$20.739 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

Para fazer face a essas discussões judiciais relacionadas ao processo ajuizado pela Elite Serviços, conforme mencionado no item “i (a)” acima, a Companhia mantém depósito judicial, no valor de R\$5.675 (R\$19.853, em 31 de dezembro de 2018).

### Possíveis

- (i) Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se: processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$178.429 (R\$200.480, 31 de dezembro de 2018) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- (ii) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$18.400 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

## **19.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos**

Como divulgado no Fato Relevante publicado em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia constituiu, em março de 2018, um Comitê de Monitoramento formado por membros do próprio Conselho de Administração e também do Conselho Fiscal para supervisionar a realização de uma investigação interna conduzida por empresa independente especializada em investigações forenses com suporte de um escritório de advocacia externo inicialmente para avaliação dos fatos tornados públicos relativos à investigação conduzida pela Polícia Civil de Minas Gerais (Investigação Mineira) que depois foi expandida para abranger os fatos tornados públicos relativos a outras investigações, inclusive aqueles relacionados à Operação “Descarte” e a Operação “E o Vento Levou”. A investigação independente foi iniciada em março de 2018 e concluída em fevereiro de 2020.

Ao final da investigação, o escritório de investigação independente emitiu seu relatório final, que foi apresentado ao Comitê de Monitoramento e ao Conselho de Administração. O relatório final dessas investigações internas acabou por não identificar provas concretas de atos de corrupção ou desvios para campanhas políticas.

Todavia, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de contratos, incluindo: (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões nos anos de 2012 a 2018, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões nos anos de 2012 a 2017 e (iii) falhas nos controles internos da Companhia.

Após análise minuciosa dos valores citados no relatório dos Investigadores Independentes a Administração concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da Companhia e assim devem ser mantidos. Por outro lado, a Administração constatou que o valor restante (R\$142 milhões) já havia sido lançado contra o resultado de exercícios em anos anteriores, e portanto não produziram nenhum impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de anos anteriores.

Adicionalmente, em outubro de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos dos Impostos de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Conquanto a Companhia tenha apresentado impugnação desse Auto de Infração, advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa na defesa da Companhia. Diante disso, a Companhia decidiu por constituir uma provisão de R\$89.318, sendo R\$8.037 a título de IRPJ, R\$2.893 a título de CSLL e R\$ 78.388 a título de IRRF, incluindo, em todos os casos, multas e juros, sem prejuízo de manter a contestação conforme impugnação apresentada dentro dos prazos legais.

Ainda, como divulgado no citado Fato Relevante de 20 de fevereiro de 2020, a Companhia tem a informação de que os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Investigação Mineira ainda não foram finalizados, sendo que as autoridades governamentais poderão levar tempo adicional para concluir todos seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes poderão ser reveladas no futuro.

## **20. Provisão para contrato oneroso**

Em função do atraso da entrada em operação de determinados parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora está comprando energia no mercado de curto prazo para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia. Considerando que os preços estabelecidos nesses contratos são inferiores aos preços da energia que está sendo comprada para atendê-los, a Companhia identificou esses contratos como onerosos.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da provisão considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI é de R\$33.069, (R\$43.467, em 31 de dezembro de 2018).

Em razão da revisão dos efeitos das operações destes contratos face aos preços de compra de energia atualmente praticados no mercado, a Companhia reverteu o montante de R\$10.398 ao longo de 2019.

## **21. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas**

### **a) Capital autorizado**

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

## b) Capital social

O capital social da Companhia, no valor de R\$2.960.776, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está dividido em 41.719.724 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 32.980.224 são ações ordinárias e 8.739.500 são ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bloco de Controle	28.154.191	85,37%	99	0,00%	28.154.290	67,48%
CG I FIP MULTI ESTRATÉGIA	13.038.820	39,54%	98	0,00%	13.038.918	31,25%
Cemig GT	15.115.371	45,83%	1	0,00%	15.115.372	36,23%
Outros Acionistas	4.826.033	14,63%	8.739.401	100,00%	13.565.434	32,52%
CG I FIP MULTI ESTRATÉGIA	762.108	2,31%	644.156	7,37%	1.406.264	3,37%
BNDESPAR	696.683	2,11%	1.393.366	15,94%	2.090.049	5,01%
InfraBrasil	1.165.148	3,53%	2.330.295	26,66%	3.495.443	8,38%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,66%	1.094.059	12,52%	1.641.089	3,93%
Outros	1.655.064	5,02%	3.277.525	37,50%	4.932.589	11,82%
Total	32.980.224	100,00%	8.739.500	100,00%	41.719.724	100,00%

*Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas*

Conforme fato relevante divulgado em 13 de outubro de 2019, a então acionista Light Energia S.A. alienou a totalidade da sua participação na Companhia para a acionista CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia que passou a deter 31,25% do capital social total da Companhia.

## c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

## d) Reservas

### Reserva de capital

Na conta de reserva de capital, a Companhia reconheceu o efeito dos custos do Plano de Pagamento Baseado em Ações relativo a determinados projetos, bem como os prêmios pagos referentes ao IPO e em acordos firmados com seus executivos. Esses registros refletiam as provisões de ações que foram outorgadas e a provisão de ações que seriam outorgadas no médio e curto prazo. Conforme descrito na Nota 26.2, em 31 de dezembro de 2019, o Plano de Pagamento Baseado em Ações foi descontinuado em decorrência da extinção das condições de exercício das opções. Desta forma, a Administração da Companhia está propondo *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a utilização da totalidade do saldo da reserva de capital de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio no montante de R\$ 55.378 para compensação de prejuízos acumulados.

## 22. Receita líquida

	Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	MWh*	MWh*		
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	131.083	119.970	44.434	34.765
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			61.023	745.393
			105.457	780.158
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(7.267)	(70.363)
Total			98.190	709.795

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

A redução do volume das operações de comercialização de energia elétrica, e por conseguinte nos tributos sobre a receita, é em função da suspensão do fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de janeiro a dezembro de 2019 conforme mencionado na Nota 26.4.

## 23. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos serviços				
Compra de energia <sup>(2)</sup>	48.581	815.093	-	-
Custo da operação				
Serviços de terceiros	4.088	4.268	-	-
Aluguéis e arrendamentos	-	1.153	-	-
Seguros	210	252	-	-
Material de uso e consumo	1.047	930	-	-
Repactuação do risco hidrológico	2.048	1.973	-	-
Outros custos	229	311	-	-
	<u>7.622</u>	<u>8.887</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Depreciações e amortizações (Nota 12)	9.369	9.508	3.281	3.969
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust <sup>(1)</sup>	659	640	-	-
Taxa de fiscalização	126	107	-	-
	<u>785</u>	<u>747</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>66.357</u>	<u>834.235</u>	<u>3.281</u>	<u>3.969</u>
Depesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	28.395	29.715	12.203	14.352
Serviços de terceiros	14.520	21.098	9.920	12.913
Aluguéis e arrendamentos	512	1.489	181	713
Viagens	2.331	2.283	506	1.011
Seguros	4.878	3.278	308	122
Telefonia e TI	2.214	2.456	936	1.249
Material de uso e consumo	702	657	165	244
Penalidades contratuais e regulatórias (Nota 18)	61.083	1.789	-	-
Contingências cíveis e trabalhistas	28.286	64.625	18.357	55.151
Outras despesas	1.911	1.634	1.021	903
	<u>144.832</u>	<u>129.024</u>	<u>43.597</u>	<u>86.658</u>
Depreciações e amortizações (Nota 12)	6.798	1.874	6.089	1.874
Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 12.9)	259.403	150.226	-	-
Outras (receitas) despesas líquidas				
Indenizações contratuais <sup>(3)</sup>	102.512	66.587	-	-
Penalidade Fiscal (nota 19.1)	89.318	-	89.318	-
Multa sobre ressarcimento (Nota 17.1)	33.601	17.965	-	-
Perda na desativação de bens e direitos (Nota 12.2)	7.698	3.369	958	3.368
Tusd/Tust <sup>(1)</sup>	25.265	23.306	-	-
Taxa de fiscalização	173	85	-	-
Licenças e estudos ambientais	3.325	-	-	-
Contrato oneroso (Nota 20)	(10.398)	43.467	-	-
Ganho na alienação de ativos (Nota 12.8)	(3.482)	-	(3.482)	-
Reversão provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins <sup>(4)</sup>	(1.753)	20.961	-	-
Outras despesas (receitas)	2.986	1.491	498	1.223
	<u>249.245</u>	<u>177.231</u>	<u>87.292</u>	<u>4.591</u>
Total	<u>660.278</u>	<u>458.355</u>	<u>136.978</u>	<u>93.123</u>



- (1) TUSD - tarifa de uso do sistema de distribuição e TUST - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de TUST registrados nas despesas estão relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III, cujos parques eólicos encontram-se com suas obras de construção paralisadas.
- (2) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.
- (3) Ressarcimento a ser pago a CEMIG GT (R\$62.575) e a CG I<sup>(\*)</sup> (R\$39.937), conforme aditivos celebrados com a Renova Comercializadora (Nota 26) em função da suspensão e cessão dos contratos de compra e venda de energia elétrica.
- (4) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou os créditos de PIS e COFINS acumulados nas operações de compra e venda de energia da sua controlada Renova Comercializadora e identificou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor realizável desses créditos no montante de R\$20.961 com contrapartida ao resultado do exercício, considerando a incerteza na sua realização. Em 31 de dezembro de 2019, foi revertido parte dessa provisão, no montante de R\$1.753, os quais foram utilizados para compensar com débitos de pis cofins apurados sobre a receita financeira de juros auferidos nas operações de mútuo

Nota (\*): Conforme mencionado na Nota 25, em 14 de outubro de 2019, a Light alienou sua participação na Companhia para o CGI que a sucedeu nos direitos relativos a estes créditos a receber.

## 24. Resultado financeiro

	Nota	Consolidado		Controladora	
	explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		1.478	2.588	286	493
Outras receitas financeiras		3.310	1.932	2.958	568
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira <sup>1</sup>		(1.796)	(1.345)	(56)	(16)
Total das receitas financeiras		2.992	3.175	3.188	1.045
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	15.4	(196.591)	(162.241)	(30.642)	(43.976)
Juros - partes relacionadas	26	(93.410)	(62.243)	(58.893)	(26.470)
Juros		(53.085)	(45.032)	(4.815)	(5.817)
Fiança bancária para dívida		(23.285)	(32.610)	(15)	(424)
Comissões e outras penalidade (dívida) <sup>2</sup>		(59.974)	(1.848)	(1.763)	-
IOF		(12.685)	(7.898)	(10.062)	(6.631)
Juros sobre obrigação de arrendamento	13	(5.356)	-	(2.841)	-
Outras despesas financeiras		(2.941)	(7.706)	(1.630)	(999)
Total das despesas financeiras		(447.327)	(319.578)	(110.661)	(84.317)
Total do resultado financeiro		(444.335)	(316.403)	(107.473)	(83.272)

- (1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.
- (2) Refere-se substancialmente a valores devidos em função de inadimplemento de determinadas cláusulas do contrato de financiamento com o BNDES (nota 15.6.c).

## 25. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.006.931)	(850.512)	(1.014.058)	(856.297)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	342.357	289.174	344.780	291.141
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(17.585)	(7.542)	(1.125)	(1.240)
Resultado da equivalência patrimonial	(22.389)	16.553	(260.551)	(229.817)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	4.873	1.431	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(95.729)	(18.203)	(49.869)	(18.173)
Prejuízo fiscal e base negativa	(204.400)	(275.628)	(33.235)	(41.911)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>7.127</u>	<u>5.785</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A controladora não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e possui prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social a compensar, nos montantes do quadro a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal do exercício	(97.751)	(123.268)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(814.060)	(690.792)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(911.811)</u>	<u>(814.060)</u>

## 26. Transações com partes relacionadas

### 26.1. Controladora

	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Mútuo<sup>(1)</sup></u>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	65.757	47.585	(3.624)	(2.993)	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A.	-	-	884	377.716	(22.294)	(18.375)	-	-
Chiplei SP Participações S.A.	-	-	199.777	102.680	(10.029)	(5.102)	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	191	-	-	-	-	-	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A.	898	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.089	-	266.418	527.981	(35.947)	(26.470)	-	-
<u>Partes relacionadas<sup>(7)</sup></u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	728.266	-	(13.667)	-	-	-
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	-	-	287.557	-	(9.279)	-	-	-
Subtotal	-	-	1.015.823	-	(22.946)	-	-	-
<u>Rateio de despesa<sup>(2)</sup></u>								
Energética Serra da Prata S.A.	1.053	1.139	-	-	-	-	(4.863)	(3.192)
Renova Comercializadora de Energia S.A.	150	78	-	-	-	-	(2.903)	(1.554)
Controladas - LER 2013	2.948	720	-	-	-	-	(2.228)	(1.776)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	218	107	-	-	-	-	(334)	(268)
Controladas - ACL (Light I)	4.179	1.153	-	-	-	-	(3.558)	(2.673)
Controladas - ACL (Light II)	3.787	926	-	-	-	-	(2.861)	(2.283)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	2.017	492	-	-	-	-	(1.525)	(1.220)
	14.352	4.615	-	-	-	-	(18.272)	(12.966)
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)	-	(3.398)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	14.352	1.217	-	-	-	-	(18.272)	(12.966)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital<sup>(3)</sup></u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	5.000	-	-	-	-	-
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	51.952	4.815	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	568	86	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	570	88	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Alcauz S.A.	694	97	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	1.046	127	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.	594	74	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	499	59	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.	759	132	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	371	45	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	675	101	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	719	134	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	551	94	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	509	95	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	267	32	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	344	41	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A.	378	46	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	275	39	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Calianira S.A.	199	29	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	243	32	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	153	18	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	191	20	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda.	993	371	-	-	-	-	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	2.340	482	-	-	-	-	-	-
Outras participações	675	3	-	-	-	-	-	-
	65.565	7.060	5.000	-	-	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 29.2)	-	(7.057)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	65.565	3	5.000	-	-	-	-	-
Total	81.006	1.220	1.287.241	527.981	(58.893)	(26.470)	(18.272)	(12.966)

## 26.2. Consolidado

	Consolidado											
	Ativo		Passivo		Receita		Custo		Despesa		Resultado financeiro	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CEMIG Geração e Transmissão S.A.												
Contas a receber de clientes (venda de energia) <sup>(4)</sup>	5	112	-	-	-	71.507	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	(4.447)	(403)	-	-	-	-
Outras contas a pagar <sup>(5)</sup>	-	-	-	61.930	-	-	-	-	-	(60.341)	-	(1.589)
Adiantamentos para compra de energia <sup>(6)</sup>	-	-	-	87.295	-	-	-	-	-	-	-	(6.793)
TARD <sup>(7)</sup>	-	-	718.232	445.271	-	-	-	-	(62.575)	-	(61.162)	(37.803)
Adiantamento para futuro aumento de capital <sup>(9)</sup>	-	-	5.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações com partes relacionadas <sup>(9)</sup>	-	-	10.033	-	-	-	-	-	-	-	(41)	-
Total	5	112	733.265	594.496	-	71.507	(4.447)	(403)	(62.575)	(60.341)	(61.203)	(46.185)
LIGHT COM Comercializadora de Energia												
Contas a receber de clientes (venda de energia) <sup>(4)</sup>	-	-	-	-	18.147	151.310	-	-	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	-	(2.278)	(12.420)	-	-	-	-
Outras contas a pagar <sup>(5)</sup>	-	-	-	89.206	-	-	-	-	-	(6.246)	-	(11.860)
Adiantamentos para compra de energia <sup>(6)</sup>	-	-	-	88.454	-	-	-	-	-	-	(6.400)	(4.198)
TARD <sup>(8)</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.937)	-	(16.528)	-
Total	-	-	-	177.660	18.147	151.310	(2.278)	(12.420)	(39.937)	(6.246)	(22.928)	(16.058)
CG I Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia												
TARD <sup>(8)</sup>	-	-	287.557	-	-	-	-	-	-	-	(9.279)	-
CLIME Trading Comercializadora de Energia Ltda.												
Contas a receber de clientes (venda de energia)	-	43	-	-	18.478	31.120	-	-	-	-	-	-
Fornecedores (compra de energia)	-	-	-	-	-	-	(16.944)	(31.074)	-	-	-	-
Total	-	43	-	-	18.478	31.120	(16.944)	(31.074)	-	-	-	-
	5	155	1.020.822	772.156	36.625	253.937	(23.669)	(43.897)	(102.512)	(66.587)	(93.410)	(62.243)

- Continua -

- Continuação -

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Apresentados como:				
<u>Circulante</u>	5	155	848.138	434.608
Ativo				
Contas a receber de clientes (Nota 7)	5	155	-	-
Passivo				
Outras contas a pagar (Nota 18)	-	-	-	151.136
Partes relacionadas (Nota 26)	-	-	848.138	283.472
<u>Não circulante</u>	-	-	172.684	337.548
Passivo				
Partes relacionadas (Nota 26)	-	-	172.684	337.548
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>155</b>	<b>1.020.822</b>	<b>772.156</b>

### 26.3. Movimentação

	Consolidado	Controladora	
	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2017	350.200	57.768	278.414
Adição	300.152	173.871	229.460
Amortização	(78.126)	(5.423)	(6.363)
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital e rateio	-	(214.541)	-
Encargos financeiros provisionados	48.794	-	26.470
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(10.455)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	621.020	1.220	527.981
Adição	306.392	83.535	1.207.681
Amortização	-	(7.780)	(507.314)
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital e rateio de despesas	-	(6.424)	-
Encargos financeiros provisionados	93.410	-	58.893
Reclassificação de ativos mantidos para venda (nota 29)	-	10.455	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.020.822	81.006	1.287.241

## 26.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da controladora. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a. Em 31 de dezembro de 2019 o mútuo devido pela controladora a Renova Comercializadora foi quitado em contrapartida da assunção de dívidas da Renova Comercializadora junto a CEMIG GT.

De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos mútuos provisionando os encargos com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de recuperação judicial mencionado na nota 1.3.

(2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.

(3) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela controladora para as controladas e pela CEMIG GT na Companhia.

(4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito dos contratos firmados entre as partes, conforme segue:

- a. Contrato Light I, com fornecimento de energia para a LIGHTCOM e para a CEMIG GT até agosto de 2035.
  - (i) Em 3 de agosto de 2018 a Companhia assinou o 7º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia eólica celebrado entre a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018.
  - (ii) Em 20 de fevereiro de 2019 a Companhia assinou o 8º termo aditivo a esse contrato suspendendo o fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de janeiro a dezembro de 2019.
  - (iii) Em 22 de março de 2019 a controlada Renova Comercializadora e a LIGHTCOM assinaram o 3º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2019; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.
  - (iv) Em 10 de outubro de 2019 a controlada Renova Comercializadora e LIGHTCOM assinaram o 4º termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica (Light I) para dentre outros assuntos: i) suspender o fornecimento da energia elétrica contratada para o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de julho de 2020; ii) alterar os volumes de energia elétrica contratada a serem disponibilizados durante o período de suprimento; e iii) alterar o preço da energia elétrica contratada.
- b. Contrato Light II, com fornecimento para LIGHTCOM até 30 de junho de 2019. A partir de 1º de julho de 2019, esse contrato foi cedido para a Engie, conforme negociação de venda do Complexo Umburanas ocorrida em 2017.

(5) Valores a pagar a CEMIG GT e a CGI, conforme detalhado a seguir:

- a) Ressarcimento devido a CEMIG GT, conforme previsto do 7º Termo Aditivo, assinado em 3 de agosto de 2018, em função da suspensão do fornecimento da energia eólica incentivada contratada do período de julho a dezembro de 2018, cuja liquidação foi alterada para 30 de dezembro de 2019, atualizada a 155% do CDI.

Em 25 de setembro de 2019 a Companhia assumiu a dívida da Renova Comercializadora, conforme 9º Termos Aditivo assinado entre as partes. Em contrapartida a assunção de dívida, Companhia amortizou o mútuo devido a Renova Comercializadora.

- b) Indenização anteriormente devida a LIGHTCOM, conforme previsto no 2º Termo Aditivo, assinado em 21 de dezembro de 2017, para fazer constar novas condições comerciais, como preço de energia, índice de atualização e sazonalização, necessárias ao cumprimento de determinadas condicionantes do BNDES. O vencimento dessa indenização ocorreu em 30 de abril de 2018 e, como o pagamento não foi efetuado, o valor devido foi atualizado pela variação do IGPM com juros remuneratórios de 1% a.m., acrescido de multa moratória não compensatória de 2%, até a data do efetivo pagamento, que permanece sem previsão.

Em dezembro de 2018 a controlada direta Renova Comercializadora cedeu seus contratos de compra de energia com terceiros para as partes relacionadas CEMIG GT e LIGHTCOM. A cessão desses contratos gerou um ressarcimento total de R\$16.442, sendo R\$10.196 a CEMIG GT e R\$6.246 a LIGHTCOM.

Considerando a assinatura dos TARDs 001/2019 e 002/2019 com a CEMIG GT e do TARD 001/2019 com a LIGHTCOM, esses saldos anteriormente apresentados como outras contas a pagar estão sendo apresentados como partes relacionadas.

Considerando a transferência do controle societário, mencionado na Nota 21 (a), o montante da dívida anteriormente detido pela LIGHTCOM foi cedido para CG I.

(6) Adiantamentos realizados no âmbito do contrato de compra e venda de energia firmados com a CEMIG GT e a LIGHTCOM, a taxa de 155% do CDI. O saldo é composto dos adiantamentos abaixo acrescidos de juros:

#### CEMIG GT

Adiantamento referente a:	abril a junho/2018 (quitado com entrega de energia)	julho a dezembro/2018 (TARD 001/2018)	janeiro/2019	fevereiro a abril/2019	maio a julho/2019	agosto a outubro/2019	Total recebido
Data do recebimento:	1º Trimestre/2018	fevereiro, abril e maio/2018	09/05/2018	08/06/2018	10/07/2018	08/08/2018	
Valor recebido:	R\$ 36.670	R\$ 55.880	R\$ 8.200	R\$ 23.000	R\$ 26.300	R\$ 25.800	R\$ 175.850
Valor em aberto:	-	-	-	-	-	-	-

Considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.ii, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de janeiro a outubro de 2019, no valor total de R\$83.300, foram reconhecidos como dívida, conforme TARD 002/2019.

#### CG I, como sucessora da LIGHTCOM

Adiantamento referente a:	abril a setembro/2018 (quitado com entrega de energia)	outubro/2018	novembro/2018, dezembro/2018 e janeiro/2019	fevereiro, março e abril/2019	maio a julho/2019 e novembro/2019 a outubro/2020	agosto a outubro/2019	novembro/2020 a julho/2021	agosto/2021	Total recebido
Data do recebimento:	1º trimestre de 2018	24/04/2018	09/05/2018	08 e 26/06/2018	10, 13 e 23 /07/2018	08/08/2018	01 e 02/2019	07/03/2019	
Valor recebido:	R\$ 26.715	R\$ 9.892	R\$ 10.795	R\$ 12.226	R\$ 53.094	R\$ 11.580	R\$ 34.989	R\$ 2.763	R\$ 162.054
Valor em aberto:	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Entre janeiro e março de 2019, a Companhia recebeu de seu então acionista Light o montante de R\$37.752, a título de adiantamento para entrega futura de energia, referente ao período de novembro de 2020 a agosto de 2021, cujos valores foram atualizados à taxa de 155% do CDI.

Tendo em vista a suspensão do fornecimento de energia mencionada nos itens 4.a.(iii) e 4.a.(iv), esses adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora, no valor total de R\$71.545, foram reconhecidos como dívida, conforme TARD 001/2019 e TARD 002/2019, respectivamente. Em virtude da transferência do controle societário mencionado na nota 21, o montante da dívida foi transferido para CG I.



(7) TARDs CEMIG – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

	TARD 047/2016	TARD 001/2017	TARD 002/2017	TARD 001/2018
Contrato de fornecimento de energia	25/03/2015 - PPA CEMIG	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 2	23/12/2013 - Lote 1
Data do recebimento	15 de dezembro de 2015	14 de junho de 2016	setembro e outubro de 2016	fevereiro, abril e maio de 2018
Valor recebido	R\$ 60.000	R\$ 94.000	R\$ 118.000	R\$ 55.880
Cessão/Ressarcimento	-	-	-	R\$ 51.879
Data da assinatura	27 de outubro de 2016	24 de novembro de 2017	24 de novembro de 2017	3 de agosto de 2018
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI
Quitação	30 de dezembro de 2019	A partir de janeiro de 2020	A partir de maio de 2021	30 de dezembro de 2019
Parcela(s)	única	12	12	única
Saldos em 31 de dezembro de 2019	R\$ 100.636	R\$ 144.539	R\$ 170.088	R\$ 120.280

  

	TARD 001/2019	TARD 002/2019	TARD 004/2019	Total
Contrato de fornecimento de energia	23/12/2013 - Lote 1	23/12/2013 - Lote 1	Cessão dos contratos de compra e venda de energia	-
Data do recebimento	-	janeiro a outubro de 2019	-	-
Valor recebido	-	R\$ 83.300	-	R\$ 411.180
Cessão/Ressarcimento	R\$ 10.196	R\$ 45.987	R\$ 16.589	R\$ 124.651
Data da assinatura	20 de fevereiro de 2019	20 de fevereiro de 2019	30 de abril de 2019	-
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	155% do CDI	-
Quitação	30 de dezembro de 2019	30 de dezembro de 2019	30 de dezembro de 2019	-
Parcela(s)	única	única	única	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	R\$ 10.962	R\$ 143.507	R\$ 17.424	R\$ 707.436

(\*) os valores deverão ser atualizados desde a data dos respectivos recebimentos até a data do efetivo pagamento.

Em 20 de fevereiro de 2019 foram assinados os seguintes TARDs:

- TARD 001/2019: reconhecendo como dívida o valor de R\$10.196 referente as cessões dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela controlada Renova Comercializadora com terceiros relativos à entrega de energia no mês de dezembro de 2018, a ser pago em parcela única atualizada a 155% do CDI até o vencimento.
- TARD 002/2019: considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.ii acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora referentes ao período de janeiro a outubro de 2019, no valor total de R\$83.300, foram reconhecidos como dívida, a ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI até o vencimento.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora deveria pagar a CEMIG GT o montante de R\$45.987, a ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI até o vencimento.

Em 30 de abril de 2019 a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT assinaram o TARD 004/2019 reconhecendo como dívida o valor de R\$16.589 referente as cessões dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela controlada Renova Comercializadora com terceiros relativos à entrega de energia para o período de março a dezembro de 2019. Esse valor deveria ser pago até 09 de julho de 2019, em parcela única, atualizados a 155% do CDI.

Em 25 de setembro de 2019, as partes assinaram aditivos aos TARDs mencionados acima, nos quais a Renova Energia assume a totalidade do valor devido pela Renova Comercializadora à CEMIG GT e ainda prorrogaram o vencimento para 30 de dezembro de 2019.

Também em 25 de setembro de 2019, a controlada Renova Comercializadora e a CEMIG GT assinaram aditivos aos TARDs conforme segue:

- a) 1º aditivo aos TARD 001/2017 e 002/2017: a Renova Energia assumiu a totalidade do valor devido pela Renova Comercializadora a CEMIG GT.
- b) 9º aditivo ao TARD 047/2016 e 1º aditivo ao TARD 001/2018: a Renova Energia assumiu a totalidade do valor devido pela Renova Comercializadora a CEMIG GT e prorroga o vencimento do TARD para 30 de dezembro de 2019, atualizados a 155% do CDI desde a data do vencimento original até a data da efetiva quitação.

De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos TARDs provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de recuperação judicial mencionado na nota 1.3.

Considerando o cenário da Companhia divulgado nas notas 1.3 e 1.4, a Companhia aguarda a aprovação do seu plano de recuperação judicial para que seja dada uma solução definitiva que poderá resultar na conversão dos mesmos em instrumentos de dívidas de emissão da Companhia.

(8) TARDs CGI – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Comercializadora, referentes aos adiantamentos recebidos, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos, conforme segue:

	TARD 001/2019	TARD 002/2019	Total
Contrato de fornecimento de energia	23/12/2013 - Lote 1	23/12/2013 - Lote 1	-
Data do recebimento	fevereiro a julho de 2018	julho de 2018 a março de 2019	
Valor recebido	R\$ 50.467	R\$ 71.545	R\$ 122.012
Cessão/Ressarcimento	R\$ 102.220	R\$ 15.063	R\$ 117.283
Data da assinatura do TARD	22/03/2019	10/10/2019	-
Atualização*	155% do CDI	155% do CDI	-
Quitação	30 de dezembro de 2019	30 de dezembro de 2019	-
Parcela(s)	única	única	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	R\$ 185.444	R\$ 94.152	R\$ 279.596

Em 2019 foram assinados os seguintes TARDs:

- a) TARD 001/2019: considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.iii acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora, no montante de R\$50.467, foram reconhecidos como dívida, que deveria ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI desde as datas das antecipações até a data da efetiva quitação.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora deveria pagar o montante de R\$31.120, cuja liquidação do valor seria em parcela única atualizada a 155% do CDI.

- b) TARD 002/2019: considerando a suspensão do fornecimento de energia mencionada no item 4.a.iv acima, os adiantamentos recebidos pela Renova Comercializadora, no montante de R\$83.300, foram reconhecidos como dívida, que deveria ser paga em parcela única atualizada a 155% do CDI desde as datas das antecipações até a data da efetiva quitação.

Adicionalmente, em decorrência da alteração do período de fornecimento, da assunção de determinados contratos de compra e venda de energia elétrica e ainda do ressarcimento pela redução do montante de energia eólica, a Renova Comercializadora deveria pagar o montante de R\$15.063, cuja liquidação do valor seria em parcela única atualizada a 155% do CDI.

Em 2 de setembro de 2019, a Renova assumiu as dívidas da Renova Comercializadora passando a ser devedora do TARD mencionado acima, conforme aditivo assinado entre as partes, e também prorrogaram o vencimento para 30 de dezembro de 2019.

Conforme fato relevante divulgado em 13 de outubro de 2019, a LIGHTCOM celebrou um termo de cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos em face da Companhia para o acionista CGI.

Adicionalmente, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., subsidiária da Light Energia S.A. celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos contra a Renova Energia para a CG I.

De acordo com a sua política e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou o saldo dos TARDs provisionando os encargos com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de recuperação judicial mencionado na nota 1.3.

Considerando o cenário da Companhia divulgado nas notas 1.3 e 1.4, os valores relativos a esses TARDs estão sendo discutidos com os acionistas para que seja dada uma solução definitiva que poderá resultar na conversão dos mesmos em instrumentos de dívidas de emissão da Companhia.

#### Garantias às antecipações e aos TARDs

O saldo devedor das antecipações e dos TARDs mencionados acima são garantidos da seguinte forma:

- (i) alienação fiduciária de 30% das ações da Chipley de titularidade da Controladora (Nota 14.6.d);
- (ii) cessão fiduciária de 30% do fluxo dividendos e/ou de juros sobre capital próprio limitados a R\$35.000 anuais da Chipley.
- (iii) cessão fiduciária sobre 30% dos recebíveis oriundos da venda das ações da Chipley de titularidade da Controladora e alienadas na forma do item (i) acima (Nota 14.6.d);
- (iv) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão;
- (v) cessão fiduciária sobre as sobras do produto da execução das garantias representadas pelos itens (i) e (iv) acima.

#### (9) Outras operações com partes relacionadas:

Em 25 de novembro de 2019 e 27 de dezembro de 2019, foram celebrados contratos de mútuo pós-concursal, denominados "DIP" e "DIP 2", entre a Companhia e a acionista Cemig GT, nos montantes de R\$10.000 e R\$6.500, respectivamente. Os contratos preveem juros correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescidos de sobretaxa ao ano, pro rata die (base 252 dias úteis), de 1,083% ao mês para o contrato "DIP" e 1,5% ao mês para o contrato "DIP 2", até a data do respectivo pagamento integral em 31 de julho de 2020, ou dois dias úteis após a venda de ativos da Companhia, caso ocorra, ou dois dias úteis após homologação do Plano de Recuperação Judicial. Os recursos desses empréstimos se destinam às necessidades mínimas de caixa da Companhia. Os contratos preveem garantia por meio de fiança e alienação fiduciária sobre 40% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019 a acionista Cemig GT aportou R\$5.000 como adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia.

## 26.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$7.742 e R\$7.566, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

### Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2019					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,92	1,25	4,17	2,50	4,92	11,59
Remuneração fixa acumulada	3.469	1.183	4.652	272	491	5.415
Salário ou pró-labore	2.405	783	3.188	227	409	3.824
Benefícios diretos e indiretos	332	125	457	-	-	457
Remuneração por participação em comitê	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	732	275	1.007	45	82	1.134
Gratificações fixas	37	-	37	-	-	37
Encargos decorrentes da remuneração fixa	695	275	970	45	82	1.097
Remuneração variável acumulada	836	607	1.443	-	-	1.443
Bônus	44	27	71	-	-	71
Provisão Programa de participação no resultado	792	580	1.372	-	-	1.372
Benefícios pós emprego	6	-	6	-	-	6
Benefícios motivados pela cessação do cargo	840	39	879	-	-	879
Valor total da remuneração por órgão	5.151	1.829	6.980	272	491	7.743

	31/12/2018					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,17	1,50	3,67	2,00	4,67	10,34
Remuneração fixa acumulada	2.874	1.458	4.332	231	550	5.113
Salário ou pró-labore	1.880	1.058	2.938	192	458	3.588
Benefícios diretos e indiretos	272	115	387	-	-	387
Remuneração por participação em comitê	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	722	285	1.007	39	92	131
Gratificações fixas	106	-	106	-	-	-
Encargos decorrentes da remuneração fixa	616	285	901	39	92	131
Remuneração variável acumulada	1.765	188	1.953	-	-	1.953
Provisão Programa de participação no resultado	1.765	188	1.953	-	-	1.953
Outros	722	285	1.007	39	92	131
Gratificações variáveis	106	-	106	-	-	-
Encargos decorrentes da remuneração variável	616	285	901	39	92	131
Benefícios pós emprego	13	11	24	-	-	24
Benefícios motivados pela cessação do cargo	449	27	476	-	-	476
Valor total da remuneração por órgão	5.101	1.684	6.785	231	550	7.566

#### Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/12/2019				31/12/2018			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,92	1,25	2,50	4,92	2,17	1,50	2,00	4,67
Valor da maior remuneração individual	1.897	1.388	115	105	2.797	601	115	118
Valor da menor remuneração individual	1.693	1.388	67	105	2.797	529	115	118
Valor médio de remuneração individual	1.288	915	54	70	1.020	557	77	110

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, o montante de até R\$8.514 para a remuneração global dos administradores referente ao período de janeiro de 2019 a abril de 2020.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

## 26.6 Pagamentos baseados em ações

### 26.6.1 Informações do plano de compra de ações da Companhia

A Companhia possui plano de pagamento baseado em ações (“PBA”) instituídos nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei 6.404/76. De acordo com as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia, conforme aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2010, o plano estabelece que eram elegíveis como beneficiários os administradores, executivos e empregados da Companhia, bem como as pessoas naturais que prestaram serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle.

Conforme contratos de PBA por beneficiários, estes poderiam receber opções para a compra de ações por um preço de exercício de R\$0,34 (trinta e quatro centavos) ou R\$38,42 (trinta e oito reais e quarenta e dois centavos) por *unit* (correspondente a uma ação ordinária e duas preferenciais) referentes aos dois programas da Companhia para o PBA, “Programa 2011” e “Programa 2013” (série 1), respectivamente, sendo que o preço de exercício do Programa 2013 (série 1) era atualizado pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M/FGV) até a data do exercício.

Em 26 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela suspensão do Programa 2011, não sendo permitido o ingresso de novos participantes e limitando-o aos projetos comercializados entre dezembro de 2009 até junho de 2013. Os beneficiários contemplados continuaram participando deste programa até o término de todos os marcos desses projetos. Na mesma data, foi aprovado outro programa: Programa 2013.

No “Programa 2013”, as outorgas seriam exercíveis em até 6 anos, ou seja, de dezembro de 2014 a 2020, sendo o *vesting* ao longo de 4 anos (25% ao ano), subsequentes a data da outorga. A outorga das opções deveria respeitar sempre o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia, em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do plano. As opções não dariam direito às qualidades de acionista da Companhia, incluindo o direito de receber dividendos. As opções poderiam ser exercidas a qualquer momento a partir da data de aquisição do direito até a data em que expiram. Uma vez exercida a opção, as ações objeto da respectiva opção seriam emitidas por meio de aumento de capital da Companhia, deliberado nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, não há mais participantes ativos em quaisquer dos programas do plano de pagamento baseado em ações da Companhia, seja para o Programa 2011, seja para o Programa 2013, os quais foram devidamente descontinuados. Desta forma, a Administração da Companhia está propondo *ad referendum* a Assembleia Geral Ordinária para utilização da totalidade do saldo da reserva de capital de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio no montante de R\$ 55.378 para compensação de prejuízos acumulados.

## 27. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

### a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.



O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.106	121	1.106	121
Aplicações financeiras	4.953	28.586	4.953	28.586
Contas a receber de clientes	3.641	8.210	3.641	8.210
Não circulante				
Aplicações financeiras	6.360	7.864	6.360	7.864
Cauções e depósitos vinculados	11.502	10.866	11.502	10.866
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	345.579	48.531	345.579	48.531
Empréstimos e financiamentos	1.506.999	348.669	1.506.999	348.669
Partes relacionadas	848.138	283.472	848.138	283.472
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	55.299	63.587	55.299	63.587
Partes relacionadas	172.684	337.548	172.684	337.548
	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	76	62	76	62
Aplicações financeiras	5	7	5	7
Contas a receber de clientes	26	18	26	18
Partes relacionadas	14.352	1.217	14.352	1.217
Não circulante				
Aplicações financeiras	6.360	7.864	6.360	7.864
Partes relacionadas	66.654	3	66.654	3
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	46.165	44.673	46.165	44.673
Empréstimos e financiamentos	368.662	341.568	368.662	341.568
Não circulante				
Partes relacionadas	439.103	527.981	439.103	527.981



## b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	1.106	-	1.106	121	-	121
Aplicações financeiras	4.953	-	4.953	28.586	-	28.586
Contas a receber de clientes	-	3.641	3.641	-	8.210	8.210
<b>Não circulante</b>						
Aplicações financeiras	6.360	-	6.360	7.864	-	7.864
Cauções e depósitos vinculados	-	11.502	11.502	-	10.866	10.866
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	-	345.579	345.579	-	48.531	48.531
Empréstimos e financiamentos	-	1.506.999	1.506.999	-	348.669	348.669
Partes relacionadas	-	848.138	848.138	-	283.472	283.472
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	-	55.299	55.299	-	63.587	63.587
Partes relacionadas	-	172.684	172.684	-	337.548	337.548

  

	Controladora					
	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	76	-	76	62	-	62
Aplicações financeiras	5	-	5	7	-	7
Contas a receber de clientes	-	26	26	-	18	18
Partes relacionadas	-	14.352	14.352	-	1.217	1.217
<b>Não circulante</b>						
Aplicações financeiras	6.360	-	6.360	7.864	-	7.864
Partes relacionadas	-	66.654	66.654	-	3	3
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	-	46.165	46.165	-	44.673	44.673
Empréstimos e financiamentos	-	368.662	368.662	-	341.568	341.568
<b>Não circulante</b>						
Partes relacionadas	-	439.103	439.103	-	527.981	527.981

### c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Consolidado				
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Valor justo em 31 de dezembro de 2019		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	11.313	11.313	-	-

  

Valor justo em 31 de dezembro de 2018				
Descrição	Saldo em 31/12/2018	Valor justo em 31 de dezembro de 2018		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	36.450	36.450	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

#### d) *Risco de Mercado*

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na nota 15, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, BTG, Itaú, ABC, Modal e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI, TJP, TJ6 e SELIC.

#### e) *Análise de sensibilidade (Consolidado)*

A Companhia e suas controladas apresentam abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	11.313	11.313	11.313
	Taxa anual estimada do CDI para 2020	4,25%	3,19%	2,13%
	Efeito anual nas aplicações financeiras:			
	Perda	<u>(233)</u>	<u>(348)</u>	<u>(464)</u>
Alta do CDI	Outros empréstimos curto prazo:	1.000.185	1.000.185	1.000.185
	Partes relacionadas CEMIG:	728.265	728.265	728.265
	Partes relacionadas CGI:	287.557	287.557	287.557
	Taxa anual estimada do CDI para 2020	4,25%	5,31%	6,38%
	Perda anual nos outros empréstimos e partes relacionadas	<u>-</u>	<u>(25.344)</u>	<u>(54.855)</u>
Alta da TJ6	BNDES - Diamantina Eólica (Subcrédito "C")	490.557	490.557	490.557
	Taxa considerando os cenários para TJ6	4,20%	5,25%	6,30%
	Perda anual no financiamento com o BNDES	<u>-</u>	<u>(5.151)</u>	<u>(10.302)</u>

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 4,25%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (3,19% a.a.) e 50% (2,13% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para os outros empréstimos de curto prazo e operações com partes relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento

dessa taxa em 25% (5,31% a.a.) e 50% (6,38% a.a.). Observa-se que o spread médio ponderado nos empréstimos de curto prazo é de 4,98% + 100% do CDI.

Para o financiamento com o BNDES vinculado à TJ6, considera um cenário provável com base na taxa efetiva de 31 de dezembro de 2019 de 4,20%. Os cenários II e III consideram uma alta da taxa em 25% (5,25%) e 50% (6,30%).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

#### **f) Risco de Liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na nota 15.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo e apresentou prejuízo no exercício, possui prejuízos acumulados relevantes e protocolou pedido de recuperação judicial em 16 de outubro de 2019. A Administração detalhou seus planos na Nota 1.3 e entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

##### **f.1. Tabela do risco de liquidez e juros**

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	1.484.090	23.012	51.377	3.922	1.562.401

  

	Controladora				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Instrumentos a taxa de juros					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	368.662	-	-	-	368.662

### g) *Risco de crédito*

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil			
		Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros					
Circulante					
Contas a receber de clientes	9	3.641	8.210	26	18

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

### h) *Gestão de capital*

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(2.583.223)	(1.998.352)
Patrimônio líquido negativo	(1.090.547)	(76.489)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	12.419	36.571
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo – caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(3.661.351)</u>	<u>(2.038.270)</u>

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Conforme mencionado nas notas 1.3 e 1.4, face a atual situação financeira e patrimonial a Administração da Companhia decidiu protocolar pedido de Recuperação Judicial. Essa decisão teve como objetivo permitir a busca de soluções para a continuidade das operações da Companhia, utilizando-se, em última análise da proteção do processo de recuperação judicial, que por meio do plano de recuperação judicial, que deverá ser submetido para aprovação da Assembleia Geral de Credores em até 180 dias da data do deferimento do pedido de recuperação judicial, possa permitir um equacionamento de seu passivo garantindo sua continuidade operacional.

A Administração acredita que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos e condições previstas no Plano apresentado em 17 de dezembro de 2019, a ser negociado e aprovado, também fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

## i) *Risco hidrológico*

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espira, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. As três PCHs da controlada indireta, Espira, optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

## 28. Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(1.014.058)	(856.297)
<u>Prejuízo básico por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo básico por ação (em R\$)	<u>(24,31)</u>	<u>(20,52)</u>
<u>Prejuízo diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	41.720	41.720
Prejuízo diluído por ação (em R\$)	<u>(24,31)</u>	<u>(20,52)</u>

## 29. Ativos classificados como mantidos para venda

Em março de 2018, os ativos e passivos relacionados ao Complexo Eólico AS III e determinados projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda. Conforme Fato Relevante publicado em 10 de outubro de 2019, as negociações com a AES foram encerradas sem que as partes envolvidas chegassem a um acordo, assim os ativos e passivos desses projetos anteriormente classificados como mantidos para a venda, foram reclassificados para as rubricas contábeis originais em 31 de dezembro de 2019.

### 29.1 Controladora

Ativos classificados como mantidos para venda	31/12/2018
Complexo Eólico Alto Sertão III	257.225
Projetos eólicos em desenvolvimento	24.487
Total	281.712
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	31/12/2018
Fornecedores	43.000

### 29.2 Consolidado

#### Balanço patrimonial

ATIVOS	31/12/2018	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018
CIRCULANTES		CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	1.381	Fornecedores	277.751
Impostos a recuperar	3.385	Empréstimos e financiamentos	957.049
Despesas antecipadas	2.257	Impostos a recolher	17.181
Adiantamentos a fornecedores	113	Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	22.657
Outros créditos	29	Partes relacionadas	3.398
Total dos ativos circulantes	7.165	Outras contas a pagar	5.993
		Total dos passivos circulantes	1.284.029
NÃO CIRCULANTES		NÃO CIRCULANTES	
Depósitos judiciais	741	Empréstimos e financiamentos	8.027
Imobilizado	1.675.862	Partes relacionadas	7.057
Total dos ativos não circulantes	1.676.603	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	9.757
		Total dos passivos não circulantes	24.841
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social	1.742.595
		Prejuízos acumulados	(1.495.825)
		Total do patrimônio líquido	246.770
TOTAL DOS ATIVOS	1.683.768	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.555.640



Classificados como:	31/12/2018
Ativos classificados como mantidos para venda	1.683.768
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda <sup>(**)</sup>	1.298.415

(\*\*) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as companhias classificadas como mantidas para venda e a Renova Energia, no valor total de R\$10.455.

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Complexo Eólico Alto Sertão III
<u>Prejuízos dos ativos classificados como mantidos para venda</u>	
Despesas	(229.638)
Resultado financeiro	(191.248)
Prejuízo do exercício	<u>(420.886)</u>
<u>Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda</u>	
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(251.232)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	146.475
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	105.273
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>516</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	864
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.380
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>516</u>

### 30. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

Risco de operação			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	R\$ 72.168	25/10/2016	25/10/2020
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2020
Risco de administração e portfólio			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 50.000	31/01/2018	31/01/2021
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 2.100	07/11/2018	07/11/2020
Seguro de riscos diversos - equipamentos	R\$ 915	07/11/2019	07/11/2020

Risco de construção			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2014)	R\$ 5.333	04/03/2015	31/07/2020
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 21.817	15/03/2018	13/05/2020
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 39.212	28/04/2014	31/01/2021
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	19/09/2014	31/01/2021
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	07/03/2013	31/01/2021
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	01/12/2020
Risco de engenharia	R\$ 2.564.481	14/11/2014	01/12/2020

## 31. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aumento de capital em controladas com capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	11.3.2	-	-	5.669	-
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	11.3.2	-	-	755	-
Aumento de capital em controlada com assunção de dívida com partes relacionadas	11.3.2 e 26.4	-	-	524.039	-
(Aumento) redução de capital em controladas com ativo imobilizado	11.3 e 12.4	-	-	5.119	(45.614)
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	12.2	7.543	(6.779)	(6.715)	-
Direito de uso - arrendamento	13	44.573	-	23.044	-
Empréstimos pagos por parte relacionada	15	(15.892)	-	-	-
Compensação entre contingências e depósitos judiciais	19	(14.552)	-	(14.552)	-

## 32. Eventos subsequentes

### 32.1 Contrato com partes relacionadas

Em 27 de janeiro de 2020, a Companhia firmou uma nova contratação de empréstimo do tipo “*debtor-in-possession*” (“DIP”) junto à CEMIG, no montante de R\$20.000, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O contrato prevê juros correspondentes a 100% da variação acumulado da taxa DI, acrescidos de sobretaxa ao ano, pro rata die (base 252 dias úteis), de 1,5% ao mês da data do desembolso até a data do respectivo pagamento integral, em 31 de julho de 2020, ou dois dias úteis após a venda de ativos da Companhia ou dois dias úteis após homologação do Plano de Recuperação Judicial. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 40% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

### 32.2 Oferta vinculante de financiamento

A Companhia recebeu no dia 21 de fevereiro de 2020, da ARC Capital Ltda. (“ARC”), da G5 Administradora de Recursos Ltda. (“G5”) e da XP Vista Asset Management Ltda. (“XP”), uma oferta vinculante de financiamento de até R\$ 320 milhões a serem utilizados na retomada das obras para a conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A, bem como para despesas operacionais correntes da Renova, cuja aceitação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2020.

De acordo com os termos da citada oferta, a Companhia concedeu um prazo de 30 (trinta) dias de exclusividade contados da data de sua aceitação, que servirá para a negociação satisfatória dos documentos da operação a ser realizada entre as partes.

Em caso de sucesso nas negociações, a Companhia dará um importante passo para a implementação de um dos pontos principais do seu plano de recuperação judicial apresentado em dezembro de 2019.

### 32.3 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica, destacando-se eventual redução no consumo de energia elétrica e consequentemente na receita de venda de energia.

Como temos duas empresas operacionais, Espira e Brasil PCH, e ambas têm contratos com o PROINFA, não esperamos impactos relevantes nessas controladas. O histórico destes contratos não contempla impactos relevantes quando de redução de demanda.

Adicionalmente a retração macroeconômica decorrente do COVID-19 poderá também impactar o nosso processo de recuperação judicial em função de eventuais alterações nas condições de mercado para prospecção e obtenção de novos recursos para financiar as nossas operações, incluindo a conclusão dos nossos parques eólicos, bem como a eventual alienação de ativos.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

### 32.4 Transferência de ações da Companhia

Em 24 de março de 2020, a Companhia emitiu Comunicado ao Mercado informando a liquidação do CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP CG I”), e a transferência das ações de emissão da Companhia detidas pelo FIP CG I para seus cotistas. Essas mudanças não alteraram o bloco de controle, uma vez que os novos acionistas eram os únicos cotistas do FIP CG I. Assim, a partir desta data, o controle acionário da Companhia passou a ser representado conforme segue:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	% do Capital Social Total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle	28.872.969	87,5463%	1	0,0000%	28.872.970	69,2070%
RICARDO LOPES DELNERI	3.286.501	9,9651%	-	0,0000%	3.286.501	7,8776%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	1.784.255	5,4101%	-	0,0000%	1.784.255	4,2768%
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	8.686.842	26,3395%	-	0,0000%	8.686.842	20,8219%
Cemig GT	15.115.371	45,8316%	1	0,0000%	15.115.372	36,2308%
Outros Acionistas	4.107.255	12,4537%	8.739.499	100,0000%	12.846.754	30,7930%
CG II FUNDO DE INVESTIMENTO	27.359	0,0830%	406.795	4,6547%	434.154	1,0406%
RICARDO LOPES DELNERI	64	0,0002%	133.305	1,5253%	133.369	0,3197%
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO	5.631	0,0171%	83.556	0,9561%	89.187	0,2138%
BNDESPAR	696.683	2,1124%	1.393.366	15,9433%	2.090.049	5,0097%
InfraBrasil	1.165.148	3,5329%	2.330.295	26,6639%	3.495.443	8,3784%
FIP Caixa Ambiental	547.030	1,6587%	1.094.059	12,5186%	1.641.089	3,9336%
Outros	1.665.340	5,0495%	3.298.123	37,7381%	4.963.463	11,8972%
Total	32.980.224	100,0000%	8.739.500	100,0000%	41.719.724	100,0000%

*Nota: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas*

Adicionalmente, a pedido dos novos acionistas, 2.544.321 ações ordinárias foram desvinculadas do acordo de acionistas e desse total de ações desvinculadas, 1.627.706 ações ordinárias foram convertidas em ações preferenciais.

\* \* \*

Marcelo José Milliet  
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos  
Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de  
Relações Institucionais

Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA